

## **Aula 00**

*COREN-CE (Técnico Administrativo)*

*Redação de Expedientes - 2021*

*(Pós-Edital)*

Autor:

**Equipe Português Estratégia**

**Concursos**

01 de Junho de 2021

# CORRESPONDÊNCIA OFICIAL

## CONFORME MANUAL DE REDAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

REDAÇÃO OFICIAL .....	2
ATRIBUTOS DA REDAÇÃO OFICIAL .....	3
AS COMUNICAÇÕES OFICIAIS .....	15
PADRÃO OFÍCIO .....	23
ESTRUTURA DO PADRÃO OFÍCIO .....	24
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.....	34
MENSAGEM .....	37
E-MAIL .....	40
RESUMO .....	46
QUESTÕES COMENTADAS.....	50
LISTA DE QUESTÕES.....	64
GABARITO.....	72



## REDAÇÃO OFICIAL

Pessoal, o Manual de Redação Oficial da Presidência da República (MRPR), principal referência do tema Correspondência Oficial, foi atualizado em 27/12/2018 e está em sua 3ª Edição.

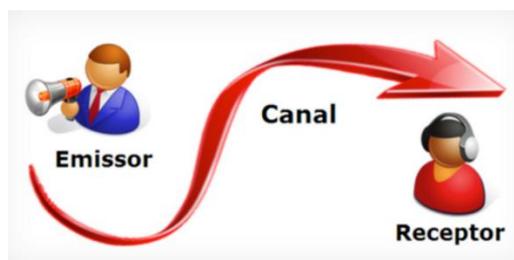
Esse tema é cobrado de forma extremamente literal, então vamos trabalhar aqui com os trechos principais do MRPR, com comentários sintéticos das informações essenciais de cada passagem.

Vocês verão que o CEBRASPE costuma cobrar de forma objetiva as características da comunicação oficial, bem como principais itens do Padrão Ofício. De alguns anos para cá a cobrança sobre *e-mail* também tem aumentado. Por isso, vamos estudar a teoria e praticar com muitas questões!

### Panorama da Comunicação Oficial

A finalidade da língua é comunicar, quer pela fala, quer pela escrita. Para que haja comunicação, são necessários:

- alguém que comunique (emissor)
- algo a ser comunicado (mensagem)
- alguém que receba essa comunicação (receptor)



No caso da Redação Oficial, quem comunica é sempre o **serviço público** (este/esta ou aquele/aquela Ministério, Secretaria, Departamento, Divisão, Serviço, Seção); o que se comunica é sempre algum assunto relativo às **atribuições do órgão** que comunica; o destinatário dessa comunicação é o **público**, uma **instituição privada** ou outro **órgão ou entidade pública**, do Poder Executivo ou dos outros Poderes. Além disso, devem-se considerar a intenção do emissor e a finalidade do documento, para que o texto esteja adequado à situação comunicativa.

A necessidade de empregar determinado nível de linguagem nos atos e nos expedientes oficiais decorre, de um lado, do próprio caráter público desses atos e comunicações; de outro, de sua finalidade.

Os **atos oficiais**, aqui entendidos como atos de caráter normativo, ou estabelecem regras para a conduta dos cidadãos, ou regulam o funcionamento dos órgãos e entidades públicos, o que só é alcançado se, em sua elaboração, for empregada a linguagem adequada. O mesmo se dá com os expedientes oficiais, cuja finalidade precípua é a de informar com **clareza e objetividade**.



**Finalidade** precípua dos expedientes oficiais: comunicar.

**Emissor** (quem comunica): Serviço Público, órgãos, entidades e agentes públicos.

**Mensagem** (o que se comunica): assunto de interesse público.

**Receptor** (o público): órgão ou entidade pública, ou até uma instituição privada, destinatários da comunicação oficial.

Comunicação oficial é um ato visto como de **caráter normativo** e que deve observar um certo **nível de linguagem**.

## O que é Redação Oficial

Em uma frase, pode-se dizer que **redação oficial** é a maneira pela qual o Poder Público **redige comunicações oficiais e atos normativos**.

O MRPR trata o tema do ponto de vista da administração pública **federal**.

A redação oficial **não** é necessariamente árida e contrária à evolução da língua.

O que acontece é que sua finalidade básica (comunicar com **objetividade** e **máxima clareza**) impõe certos parâmetros ao uso que se faz da língua, de maneira diversa daquele da literatura, do texto jornalístico, da correspondência particular etc.

## ATRIBUTOS DA REDAÇÃO OFICIAL

Por sua natureza pública e por decorrência dos princípios constitucionais, a Redação Oficial deve caracterizar-se por:

- ✓ *clareza e precisão;*
- ✓ *objetividade;*
- ✓ *concisão;*
- ✓ *coesão e coerência;*
- ✓ *impessoalidade;*
- ✓ *formalidade e padronização; e*



✓ uso da norma padrão.

Fundamentalmente, esses atributos decorrem da Constituição, que dispõe, no art. 37:

*A administração pública direta, indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, **impessoalidade**, **moralidade**, **publicidade** e **eficiência** (...).*

Sendo a **publicidade**, a **impessoalidade** e a **eficiência** princípios fundamentais de toda a administração pública, devem igualmente nortear a elaboração dos atos e das comunicações oficiais.



Agora, vejamos o detalhamento de cada característica. Este é o ponto **mais cobrado** em prova.

## Clareza e Precisão

Embora diretamente ligados, o manual detalha estes aspectos separadamente. Vejamos.

### Clareza

Esta deve ser a **qualidade básica** de todo texto oficial.

Pode-se definir como **claro** aquele texto que possibilita **imediate compreensão** pelo leitor. Não se concebe que um documento oficial ou um ato normativo de qualquer natureza seja redigido de forma obscura, que dificulte ou impossibilite sua compreensão.

A **transparência** é requisito do próprio Estado de Direito: é inaceitável que um texto oficial ou um ato

normativo não seja entendido pelos cidadãos. O princípio constitucional da **publicidade** não se esgota na mera publicação do texto, estendendo-se, ainda, à necessidade de que o texto seja claro.

Para a obtenção de clareza, o MPRP sugere:

1. utilizar **palavras e expressões simples**, em seu sentido comum;  
**Exceção:** quando o texto versar sobre **assunto técnico**, será utilizado nomenclatura própria da área;
2. usar **frases curtas**, bem estruturadas; apresentar as orações na **ordem direta** e evitar intercalações excessivas.  
**Exceção:** para **evitar ambiguidade**, sugere-se a adoção da **ordem inversa** da oração;
3. buscar a **uniformidade do tempo verbal** em todo o texto;
4. **não** utilizar **regionalismos** e **neologismos**;
5. **pontuar** adequadamente o texto;
6. **explicitar** o significado da **sigla** na primeira referência a ela; e
7. utilizar **palavras e expressões em outro idioma** apenas quando **indispensáveis**, em razão de serem designações ou expressões de **uso já consagrado** ou de **não terem exata tradução**. Nesse caso, grafe-as em **itálico**.

Portanto, o texto oficial deve ser entendido por **todos imediatamente**.

É inadmissível um texto oficial ininteligível: então deve-se **evitar** uma linguagem que dificulte a compreensão (regionalismos, neologismos, siglas não explicadas, estruturas e vocabulários muito complexos).

## Precisão

O atributo da precisão complementa a clareza e caracteriza-se por:

- a) **articulação da linguagem** comum ou técnica para a **perfeita compreensão** da ideia veiculada no texto;
- b) manifestação do pensamento ou da ideia com as **mesmas palavras**, evitando o emprego de sinonímia com propósito meramente estilístico; e
- c) escolha de expressão ou palavra que **não confira duplo sentido** ao texto.

É indispensável, também, a **releitura de todo o texto redigido**.

A ocorrência, em textos oficiais, de trechos obscuros provém principalmente da falta da releitura, o que tornaria possível sua correção.

Na **revisão** de um expediente, deve-se avaliar se ele será de fácil compreensão por seu destinatário. Lembre-se: o que nos parece óbvio pode ser desconhecido por terceiros. O domínio que adquirimos sobre certos assuntos, em decorrência de nossa experiência profissional, muitas vezes, faz com que os tomemos como de conhecimento geral, o que nem sempre é verdade.

Por isso, **explicita, desenvolva, esclareça, precise** os termos técnicos, o significado das **siglas** e das **abreviações** e os **conceitos** específicos que não possam ser dispensados.



Além disso, a revisão atenta exige tempo. A pressa com que são elaboradas certas comunicações quase sempre compromete sua clareza. “Não há assuntos urgentes, há assuntos atrasados”, diz a máxima. Evite-se, pois, o atraso, com sua indesejável repercussão no texto redigido.

Portanto:

A **precisão** é a articulação adequada da linguagem, sem ambiguidade ou sinônimos meramente estilísticos. Os textos devem ser objeto de **revisão** e a **linguagem técnica esclarecida**.



A clareza e a precisão não são atributos que se atinjam isoladamente: elas dependem estritamente das demais características da redação oficial, apresentadas a seguir.



### (CESPE / STM / 2018)

*Em uma frase, pode-se dizer que redação oficial é a maneira pela qual o Poder Público redige atos normativos e comunicações.*

**Manual de Redação da Presidência da República.** 2ª ed. rev. e atual. Brasília, 2002, p.4.

Considerando a definição apresentada, julgue o próximo item, relativo à redação oficial.

Na redação de súmulas, dado seu caráter técnico, devem-se empregar, sempre que possível, jargões.

#### **Comentários:**

Deve-se evitar o jargão, por dificultar a compreensão:

*As comunicações que partem dos órgãos públicos federais devem ser compreendidas por todo e qualquer cidadão brasileiro. Para atingir esse objetivo, há que evitar o uso de uma linguagem restrita a determinados grupos. Não há dúvida que um texto marcado por expressões de circulação restrita, como a gíria, os regionalismos vocabulares ou **o jargão técnico, tem sua compreensão dificultada.** Questão incorreta.*

## Objetividade

Ser objetivo é ir **diretamente ao assunto** que se deseja abordar, sem voltas e sem redundâncias. Para conseguir isso, é fundamental que o redator saiba de antemão qual é a ideia principal e quais são as secundárias.

Procure perceber certa hierarquia de ideias que existe em todo texto de alguma complexidade: as



fundamentais e as **secundárias**. Essas últimas podem **esclarecer o sentido** daquelas, **detalhá-las, exemplificá-las**; mas existem também ideias secundárias que não acrescentam informação alguma ao texto, nem têm maior relação com as fundamentais, podendo, por isso, ser dispensadas, o que também proporcionará mais objetividade ao texto.

A objetividade conduz o leitor ao contato mais direto com o assunto e com as informações, sem subterfúgios, sem excessos de palavras e de ideias. **É errado** supor que a objetividade suprime a delicadeza de expressão ou torna o texto rude e grosseiro.

A objetividade, portanto, vai dar ao texto o **foco direto na informação principal**, sem prolixidade.

## Concisão

Conciso é o texto que **diz muito com poucas palavras**, sem redundâncias ou texto inútil. Porém, isso não significa uma “economia de pensamento”. Vejamos:

A concisão é antes uma **qualidade** (virtude) do que uma característica do texto oficial. Conciso é o texto que consegue transmitir o máximo de informações com o mínimo de palavras. **Não se deve** de forma alguma **entendê-la como economia de pensamento**, isto é, não se deve eliminar passagens substanciais do texto com o único objetivo de reduzi-lo em tamanho. Trata-se, exclusivamente, de **excluir palavras inúteis, redundâncias** e passagens que nada acrescentem ao que já foi dito.

Detalhes irrelevantes são dispensáveis: o texto deve evitar caracterizações e comentários supérfluos, adjetivos e advérbios inúteis, subordinação excessiva. A seguir, um exemplo de período mal construído, prolixo:



### EXEMPLIFICANDO

*Apurado, com **impressionante** agilidade e precisão, naquela tarde de 2009, o resultado da consulta à população acriana, verificou-se que a **esmagadora** e **ampla** maioria da população daquele **distante** estado manifestou-se pela **efusiva** e **indubitável** rejeição da alteração realizada pela Lei no 11.662/2008. Não satisfeita, **inconformada** e **indignada**, com a nova hora legal vinculada ao terceiro fuso, a maioria da população do Acre demonstrou que a ela seria melhor regressar ao quarto fuso, estando cinco horas a menos que em Greenwich.*

Nesse texto, há vários detalhamentos desnecessários e abusos no emprego de adjetivos, o que lhe confere carga afetiva injustificável, sobretudo em texto oficial, que deve primar pela impessoalidade.

Eliminados os excessos, o período ganha concisão, harmonia e unidade:



*Apurado o resultado da consulta à população acreana, verificou-se que a maioria da população manifestou-se pela rejeição da alteração realizada pela Lei no 11.662/2008. Não satisfeita com a nova hora legal vinculada ao terceiro fuso, a maioria da população do Acre demonstrou que a ela seria melhor regressar ao quarto fuso, cinco horas menos que em Greenwich.*

## Coesão e Coerência

É indispensável que o texto tenha coesão e coerência. Tais atributos favorecem a **conexão, a ligação, a harmonia entre os elementos de um texto**.

Percebe-se que o texto tem coesão e coerência quando se lê um texto e se verifica que as palavras, as frases e os parágrafos estão entrelaçados, dando continuidade uns aos outros.

Alguns mecanismos que estabelecem a coesão e a coerência de um texto são: referência, substituição, elipse e uso de conjunção.

### Referência

A referência diz respeito aos termos que se relacionam a outros necessários à sua interpretação. Esse mecanismo pode dar-se por **retomada de um termo**, relação com o que é precedente no texto, ou por **antecipação de um termo** cuja interpretação dependa do que se segue.

**Ex:** *O Deputado evitou a instalação da CPI da corrupção. **Ele** aguardou a decisão do Plenário.*

O pronome “ele” retoma “O deputado”.

**Ex:** *O TCU apontou **estas irregularidades**: falta de assinatura e de identificação no documento.*

“falta de assinatura e de identificação no documento” explica o conteúdo de “estas irregularidades”.

Foi utilizado o pronome “estas”, pois a informação a que ele se refere vem depois (“falta de assinatura e de identificação no documento”).

### Substituição

A substituição é a colocação de **um item lexical no lugar de outro(s)** ou no lugar de uma oração.

**Ex:** *O **Presidente** assinou o acordo. O **Chefe do Poder Executivo federal** propôs reduzir as alíquotas.*

**Ex:** *O **memorando** está pronto. O **documento** trata da exoneração do servidor.*

**Ex:** *Os governadores **decidiram acatar a decisão**. Em seguida, os prefeitos **fizeram o mesmo**.*

### Elipse

A elipse consiste na **omissão** de um termo recuperável pelo contexto.



**Ex:** O decreto regulamenta os casos gerais; a portaria, os particulares.

Na segunda oração, houve a omissão do verbo “regulamenta”.

## Uso de Conjunção

Outra estratégia para proporcionar coesão e coerência ao texto é utilizar conjunção para estabelecer **ligação** entre orações, períodos ou parágrafos.

**Ex:** O Embaixador compareceu à reunião, **pois** identificou o interesse de seu Governo pelo assunto.



**(CESPE / MP-CE / 2020)** A formalidade e a precisão da redação oficial dependem do uso correto da norma padrão da língua portuguesa, ainda que isso implique falta de clareza.

### Comentários:

Não se admite falta de clareza. Formalidade e precisão, na verdade, colaboram para maior clareza.

Questão incorreta.

### **(CESPE / PF / 2018)**

Com relação a comunicações oficiais, julgue o item a seguir, com base nos preceitos do **Manual de Redação da Presidência da República**.

Entre outros objetivos, os atos oficiais visam regular o funcionamento dos órgãos públicos, o que só será alcançado se, em sua elaboração, for empregada a linguagem adequada. O mesmo se dá com os expedientes oficiais, cuja principal finalidade é a de informar com clareza e objetividade.

### Comentários:

Segundo o MRPR:

*"A necessidade de empregar determinado nível de linguagem nos atos e expedientes oficiais decorre, de um lado, do próprio caráter público desses atos e comunicações; de outro, de sua finalidade. Os atos oficiais, aqui entendidos como atos de caráter normativo, ou estabelecem regras para a conduta dos cidadãos, ou regulam o funcionamento dos órgãos públicos, o que só é alcançado se em sua elaboração for empregada a linguagem adequada. O mesmo se dá com os expedientes oficiais, cuja finalidade precípua é a de informar com clareza e objetividade".* Questão correta.



## Impessoalidade

A impessoalidade decorre de princípio constitucional (Constituição, art. 37), cujo significado remete a dois aspectos: o primeiro, à obrigatoriedade de que a administração pública proceda de modo a **não privilegiar ou prejudicar ninguém**, de que o seu norte seja, sempre, o interesse público; o segundo sentido é o da **abstração da personalidade dos atos administrativos**, pois, apesar de a ação administrativa ser exercida por intermédio de seus servidores, é resultado tão-somente da vontade estatal.

A redação oficial é elaborada sempre **em nome do serviço público** e sempre **em atendimento ao interesse geral dos cidadãos**. Sendo assim, os assuntos objetos dos expedientes oficiais não devem ser tratados de outra forma que não a estritamente impessoal.

Percebe-se, assim, que o tratamento impessoal que deve ser dado aos assuntos que constam das comunicações oficiais decorre:

1. **da ausência de impressões individuais de quem comunica:** embora se trate, por exemplo, de um expediente assinado por Chefe de determinada Seção, a comunicação é sempre feita **em nome do serviço público**.  
Obtém-se, assim, uma desejável **padronização**, que permite que as comunicações elaboradas em diferentes setores da administração pública guardem entre si certa uniformidade;
2. **da impessoalidade de quem recebe a comunicação:** ela pode ser dirigida a um cidadão, sempre concebido como **público**, ou a uma **instituição privada**, a outro **órgão** ou a outra **entidade pública**. Em todos os casos, temos um destinatário concebido de forma homogênea e impessoal; e
3. **do caráter impessoal do próprio assunto tratado:** se o universo temático das comunicações oficiais se restringe a questões que dizem respeito ao interesse público, é natural não caber qualquer tom particular ou pessoal.

**Não** há lugar na redação oficial para **impressões pessoais**, como as que, por exemplo, constam de uma carta a um amigo, ou de um artigo assinado de jornal, ou mesmo de um texto literário.

A redação oficial deve ser **isenta da interferência da individualidade** de quem a elabora. A concisão, a clareza, a objetividade e a formalidade de que nos valem para elaborar os expedientes oficiais contribuem, ainda, para que seja alcançada a necessária impessoalidade.

ESCLARECENDO!



**Impessoalidade do Emissor:** isenção de opinião e de elementos subjetivos. O texto tem caráter informativo, trabalha com dados e fatos. **Não** há espaço para **intimidade**.

**Impessoalidade do Receptor:** deve ser tratado de modo impessoal, como parte de um órgão, sem demonstrações de afeto ou desafeto, com pronomes de tratamento adequados. O público é tratado como conjunto de cidadãos, de forma homogênea.

**Impessoalidade do Assunto:** sempre assuntos de interesse público, afetos ao serviço público. Não cabe aqui tratar de assuntos de interesse pessoal do **servidor**, que, em



comunicações oficiais, está representando o órgão.



**(CESPE / MP-CE / 2020)**

Os assuntos objetos dos expedientes oficiais devem ser tratados de forma estritamente impessoal, uma vez que a redação oficial é elaborada sempre em nome do serviço público e sempre em atendimento ao interesse geral dos cidadãos.

**Comentários:**

Percebe-se, assim, que o tratamento impessoal que deve ser dado aos assuntos que constam das comunicações oficiais decorre:

- a) **da ausência de impressões individuais de quem comunica:** embora se trate, por exemplo, de um expediente assinado por Chefe de determinada Seção, a comunicação é sempre feita em nome do serviço público. Obtém-se, assim, uma desejável padronização, que permite que as comunicações elaboradas em diferentes setores da administração pública guardem entre si certa uniformidade;
- b) **da impessoalidade de quem recebe a comunicação:** ela pode ser dirigida a um cidadão, sempre concebido como público, ou a uma instituição privada, a outro órgão ou a outra entidade pública. Em todos os casos, temos um destinatário concebido de forma homogênea e impessoal; e
- c) **do caráter impessoal do próprio assunto tratado:** se o universo temático das comunicações oficiais se restringe a questões que dizem respeito ao interesse público, é natural não caber qualquer tom particular ou pessoal. Questão correta.

**(CESPE / STM / 2018)**

2        Informo, ainda, que a pauta e os documentos da reunião serão enviados oportunamente.

3        Por fim, solicito, encarecidamente, que seja feito contato com a equipe de apoio deste Ministério para confirmação de sua presença na reunião, por meio do endereço eletrônico [ministerio@mp.gov.br](mailto:ministerio@mp.gov.br).

Atenciosamente,

Considerando que o fragmento de texto apresentado integra parte de uma correspondência oficial, julgue o item a seguir.

O emprego do advérbio encarecidamente é inadequado, visto que prejudica o caráter impessoal que deve ser adotado em textos oficiais.

**Comentários:**

Sim. “Encarecidamente” fere a impessoalidade, por ser afetivo, emocional, pouco objetivo. Questão correta.



## Formalidade e Padronização

As comunicações administrativas devem ser sempre **formais**, isto é, obedecer a certas regras de forma. Isso é válido tanto para as comunicações feitas em meio eletrônico (por exemplo, o *e-mail*, o documento gerado no SEI! - Sistema Eletrônico de Informações, o documento em *html*. etc), quanto para os eventuais documentos impressos.

É imperativa, ainda, certa **formalidade de tratamento**. Não se trata somente do **correto emprego** deste ou daquele **pronome de tratamento** para uma autoridade de certo nível, mais do que isso: a formalidade diz respeito à **civilidade** no próprio enfoque dado ao assunto do qual cuida a comunicação.

A formalidade de tratamento vincula-se, também, à necessária **uniformidade** das comunicações. Ora, se a administração pública federal é una, é natural que as comunicações que expeça sigam o mesmo padrão. O estabelecimento desse padrão, uma das metas do MPRP, exige que se atente para todas as características da redação oficial e que se cuide, ainda, da apresentação dos textos.

A **digitação sem erros**, o uso de **papéis uniformes** para o texto definitivo, nas exceções em que se fizer necessária a impressão, e a **correta diagramação** do texto são indispensáveis para a **padronização**.

Em razão de seu caráter público e de sua finalidade, os atos normativos e os expedientes oficiais requerem **o uso do padrão culto do idioma**, que acata os preceitos da gramática formal e emprega um léxico compartilhado pelo conjunto dos usuários da língua. O uso do padrão culto é, portanto, imprescindível na redação oficial por estar acima das diferenças lexicais, morfológicas ou sintáticas, regionais; dos modismos vocabulares e das particularidades linguísticas.

### Recomendações

- ✓ a língua culta é contra a pobreza de expressão, e não contra a sua simplicidade;
- ✓ valer-se do **padrão culto** não significa empregar a língua de modo rebuscado ou utilizar figuras de linguagem próprias do estilo literário;
- ✓ o uso do **dicionário** e da **gramática** é imperativo na redação de um bom texto.

Pode-se concluir que **não existe** propriamente **um padrão oficial** de linguagem, o que há é o **uso da norma padrão** nos atos e nas comunicações oficiais.

É claro que haverá preferência pelo uso de determinadas expressões, ou será obedecida certa tradição no emprego das formas sintáticas, mas isso não implica, necessariamente, que se consagre a utilização de uma forma de linguagem burocrática.

O **jargão burocrático**, como todo jargão, **deve ser evitado**, pois terá sempre sua compreensão limitada.





A redação oficial deve utilizar a **normal culta** da língua, a serviço da clareza, mas isso não significa que se admita uma linguagem administrativista, cheia de formalismos e jargões. **Não** se admite o **burocratês**, mas **não existe** propriamente um **“padrão oficial de linguagem”**.



(CESPE / STM / 2018)

Brasília, X de novembro de 20xx.

Assunto: **Convite para cerimônia de posse do presidente do Superior Tribunal Militar**

Senhor Juiz-Auditor titular da 12ª Circunscrição Judiciária Militar,

Convido-o para a cerimônia de posse do presidente do Superior Tribunal Militar, a realizar-se na sede do órgão, em Brasília, no dia 1º de março de 20xx.

Por favor, confirme sua presença até o dia 1º de fevereiro de 20xx.

Considerando o trecho de documento hipotético apresentado anteriormente, julgue o item a seguir.

A linguagem empregada no texto é inadequada à correspondência oficial, por sua informalidade e simplicidade.

**Comentários:**

A linguagem é direta e objetiva. Não há indícios de informalidade ou simplicidade, até porque a simplicidade não é defeito da redação oficial. A língua culta é contra a pobreza de expressão e não contra a sua simplicidade. Questão incorreta.

(CESPE / PRF / 2018)



Superior Tribunal de Justiça

XXXX n.º 7789/GP

Brasília, 9 de setembro de 2017.

A Vossa Excelência o Senhor  
Desembargador AAAAA  
Presidente do  
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

Assunto: Encerramento de período de cessão de servidores

Excelentíssimo Presidente,

1. Em alusão à solicitação de prorrogação de cessão de servidores, cumpre-me informar a Vossa Excelência que o art. 18 da Resolução STJ/GP n.º 334, de maio de 2016, estabelece que as cessões desta Corte devem ater-se ao período de 90 dias.
2. Diante disso, indeferi a solicitação de prorrogação de prazo de cessão de Fulano e Beltrano, que devem, findo o período estipulado, retornar a suas atividades nesta Corte.

Respeitosamente,

\_\_\_\_\_  
Ministro BBBBB  
Presidente

Considerando que o texto apresentado constitua um expediente hipotético, julgue o item a seguir, acerca de aspectos da redação oficial.

O uso da primeira pessoa no expediente hipotético apresentado não viola a recomendação de impessoalidade da linguagem em comunicações oficiais.

#### Comentários:

O emprego da primeira pessoa no expediente hipotético não fere a impessoalidade inerente às correspondências oficiais. As construções "cumpre-me" e "indeferi" estão em harmonia com as atribuições do emissor. É natural que sejam usadas. Questão correta.



O uso da variedade padrão da língua na redação dos expedientes oficiais **não** implica um **padrão oficial de linguagem**, isto é, uma forma de linguagem comum na escrita de documentos oficiais e que se caracteriza pela seleção de determinadas expressões linguísticas e pela utilização de estruturas sintáticas tradicionais.



## AS COMUNICAÇÕES OFICIAIS

Aqui, detalharemos as características específicas dos expedientes (pronomes, vocativos, fechos, formatação...)

### Pronomes de Tratamento

Tradicionalmente, o emprego dos pronomes de tratamento adota a segunda pessoa do plural (vós), de maneira indireta, para referenciar atributos da pessoa à qual se dirige.

Na redação oficial, é necessária atenção para o uso dos pronomes de tratamento em três momentos distintos:

- ✓ no Endereçamento: utilizado no **envelope** que contém a correspondência oficial;
- ✓ no Vocativo: é a forma como o autor **dirige-se ao destinatário no início do documento** (o vocativo é seguido por vírgula);
- ✓ no corpo do texto: pode-se empregar os pronomes de tratamento em sua forma abreviada ou por extenso (Ex: Vossa Excelência ou V. Ex.<sup>ª</sup>).

A seguir, alguns exemplos de utilização de pronomes de tratamento no texto oficial.

AUTORIDADE	ENDEREÇAMENTO	VOCATIVO	TRATAMENTO NO CORPO DO TEXTO	ABREVIATURA
<b>Presidente da República</b>	A Sua Excelência o Senhor	Excelentíssimo Senhor Presidente da República,	Vossa Excelência	Não se usa
<b>Presidente do Congresso Nacional</b>	A Sua Excelência o Senhor	Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,	Vossa Excelência	Não se usa
<b>Presidente do Supremo Tribunal Federal</b>	A Sua Excelência o Senhor	Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal,	Vossa Excelência	Não se usa
<b>Vice-Presidente da República</b>	A Sua Excelência o Senhor	Senhor Vice-Presidente da República,	Vossa Excelência	V.Exa.



<b>Ministro de Estado</b>	A Sua Excelência o Senhor	Senhor Ministro,	Vossa Excelência	V.Exa.
<b>Secretário-Executivo de Ministério e demais ocupantes de cargos de natureza especial</b>	A Sua Excelência o Senhor	Senhor Secretário-Executivo,	Vossa Excelência	V.Exa.
<b>Embaixador</b>	A Sua Excelência o Senhor	Senhor Embaixador,	Vossa Excelência	V.Exa.
<b>Oficial-General das Forças Armadas</b>	A Sua Excelência o Senhor	Senhor + Posto,	Vossa Excelência	V.Exa.
<b>Outros postos militares</b>	Ao Senhor	Senhor + Posto,	Vossa Senhoria	V.Sa.
<b>Senador da República</b>	A Sua Excelência o Senhor	Senhor Senador,	Vossa Excelência	V.Exa.
<b>Deputado Federal</b>	A Sua Excelência o Senhor	Senhor Deputado,	Vossa Excelência	V.Exa.
<b>Ministro do Tribunal de Contas da União</b>	A Sua Excelência o Senhor	Senhor Ministro do Tribunal de Contas da União,	Vossa Excelência	V.Exa.
<b>Ministro dos Tribunais Superiores</b>	A Sua Excelência o Senhor	Senhor Ministro,	Vossa Excelência	V. Exa.

Os exemplos acima são **meramente exemplificativos**.

A grande quantidade de normas estabelecendo hipóteses de tratamento por meio do pronome “Vossa Excelência” para categorias específicas torna inviável abarcar todas as hipóteses. Observem então que o MRPR não detalha os pronomes adequados para cada autoridade, como fazia anteriormente.

Então, a tendência é que a banca cobre as autoridades expressamente citadas, para fazer uma questão literal e embasada.



## Vocativo

O vocativo é uma invocação ao destinatário.

Nas comunicações oficiais, o vocativo será SEMPRE **seguido de vírgula**.

Segundo o MRPR, em comunicações dirigidas aos **Chefes de Poder**, utiliza-se a expressão **Excelentíssimo Senhor** ou **Excelentíssima Senhora** e o cargo respectivo, seguidos de vírgula.

**Ex:** *Excelentíssimo Senhor Presidente da República,*  
*Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,*  
*Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal,*

As **demais autoridades**, mesmo aquelas tratadas por Vossa Excelência, receberão o vocativo **Senhor** ou **Senhora** seguido do cargo respectivo.

**Ex:** *Senhora Senadora,*  
*Senhor Juiz,*  
*Senhora Ministra,*

Na hipótese de **comunicação com particular**, pode-se utilizar o vocativo **Senhor** ou **Senhora** e a forma utilizada pela instituição para referir-se ao interlocutor: beneficiário, usuário, contribuinte, eleitor etc.

**Ex:** *Senhora Beneficiária,*  
*Senhor Contribuinte,*

Ainda, quando o **destinatário particular**, no vocativo, pode-se utilizar **Senhor** ou **Senhora** seguido do nome do particular ou pode-se utilizar o vocativo **“Prezado Senhor”** ou **“Prezada Senhora”**.

**Ex:** *Senhora [Nome],*  
*Prezado Senhor,*

Em comunicações oficiais, está **abolido** o uso de **Digníssimo (DD)** e de **Ilustríssimo (Ilmo.)**.

É recomendado também que se evite o uso de **“doutor”** indiscriminadamente. O tratamento por meio de **Senhor** confere a formalidade desejada.



O vocativo para os **Chefes dos três poderes** (Presidente da República, Presidente do Congresso Nacional e Presidente do Supremo Tribunal Federal) segue esta estrutura:

**Excelentíssimo Senhor + Cargo,**

**Ex:** *Excelentíssimo Senhor Presidente da República/do CN/do STF,*



## Decreto nº 9.758/2019

Recentemente, foi publicado o Decreto nº 9.758/2019, que possui uma **regra específica**:

Art. 2º O único pronome de tratamento utilizado na comunicação com **AGENTES PÚBLICOS FEDERAIS** é “**senhor**”, independentemente do nível hierárquico, da natureza do cargo ou da função ou da ocasião.

Parágrafo único. O pronome de tratamento é flexionado para o feminino e para o plural.

Observem que a regra se aplica especificamente a **agentes públicos federais**.

Na mesma linha do MPRP, dispõe o Decreto:

Art. 3º É **vedado** na comunicação com agentes públicos federais o uso das formas de tratamento, ainda que abreviadas:

- I - Vossa Excelência ou Excelentíssimo;
- II - Vossa Senhoria;
- III - Vossa Magnificência;
- IV - doutor;
- V - ilustre ou ilustríssimo;
- VI - digno ou digníssimo; e
- VII - respeitável.

Porém, há uma **ressalva**.

Este Decreto **não se aplica**:

I – às comunicações entre agentes públicos federais e **autoridades estrangeiras ou de organismos internacionais**; e

II - às comunicações entre agentes públicos da administração pública federal e agentes públicos do **Poder Judiciário**, do **Poder Legislativo**, do **Tribunal de Contas**, da **Defensoria Pública**, do **Ministério Público** ou de **outros entes federativos**, na hipótese de exigência de tratamento especial pela outra parte, com base em norma aplicável ao órgão, à entidade ou aos ocupantes dos cargos.

Observem que esse decreto apresenta regra diversa do Manual quanto ao vocativo “Excelentíssimo Senhor”; mesmo para o presidente, estabelece o uso de “Senhor”, apenas.

Ficou confuso?! Vou tentar esclarecer, então:



ESCLARECENDO!



Decreto limita a comunicação COM agentes públicos FEDERAIS.

Ex: *Ofício de particular para INSS* → utiliza-se o pronome "Senhor";

*Ofício do Ministério da Saúde para a ANVISA* → utiliza-se o pronome "Senhor".

Decreto **não se aplica** às comunicações entre agentes públicos da administração pública federal e agentes públicos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas, da Defensoria Pública, do Ministério Público ou de outros entes federativos.

Ou seja, nesses casos, o uso do pronome de tratamento "Excelência" ou qualquer outro que a comunicação exija está mantido.

Ex: *Ofício do Ministério da Saúde para o STF* → está mantido o uso do pronome "Excelência".

*Ofício de particular a Senador* → está mantido o uso do pronome "Excelência".

### Como agir na hora da prova?

Os editais cobram geralmente o assunto "de acordo com o Manual de Redação da Presidência", que AINDA NÃO TEVE SEU TEXTO ALTERADO.

Então, podem cobrar normalmente o que dispõe a literalidade do manual. A tendência é que evitem esse assunto, por haver fontes oficiais conflitantes.



(CESPE / MP-CE / 2020)

Em uma correspondência oficial destinada a um procurador-geral de estado, o vocativo a ser empregado é Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral.

#### Comentários:

De acordo com a literalidade do Manual da Presidência, "Excelentíssimo Senhor" é apenas empregado para chefes de poder. Vejam que vale a literalidade do manual, que **não foi alterada pelo decreto 9758/2019**. Questão incorreta.

(CESPE / STM / 2018)



Em uma frase, pode-se dizer que redação oficial é a maneira pela qual o Poder Público redige atos normativos e comunicações.

*Manual de Redação da Presidência da República. 2ª ed. rev. e atual. Brasília, 2002, p.4.*

Considerando a definição apresentada, julgue o próximo item, relativo à redação oficial.

Em um documento a ser enviado pelo ministro presidente do Superior Tribunal Militar ao ministro presidente do Supremo Tribunal Federal, é adequado o emprego do pronome de tratamento Vossa Senhoria como vocativo, pois ambos (remetente e destinatário) ocupam cargos de mesmo nível hierárquico.

#### Comentários:

O tratamento para ministros é “Vossa Excelência”. Questão incorreta.

## Concordância

Dentro do tópico de "Concordância", o que mais causa dúvidas em Redação Oficial é em relação aos pronomes de tratamento. Vamos iniciar por eles e trazer outros pontos relevantes para a sua prova.

### Pronomes de Tratamento

Embora os **pronomes de tratamento** se refiram à segunda pessoa gramatical (pessoa com quem se fala: vós), a concordância é feita com a **terceira pessoa**, ou seja, com o núcleo sintático. Como assim?!?



O macete é pensar na concordância com o pronome “**Você**”.

Vejam os exemplos do próprio manual:

**Ex:** Vossa **senhoria** nomeará **seu** substituto.

(E **não** Vosso ou Vossa. Concordância com senhoria, o núcleo da expressão.)

Os **adjetivos** e **locuções de voz passiva** concordam com o **sexo** da pessoa a que se refere, não com a o substantivo que compõe a locução (Excelência, Senhoria). Ou seja, “os adjetivos referidos aos pronomes de tratamento concordam com o gênero [feminino / masculino] do interlocutor”.

Se o interlocutor for **homem**, o correto é: Vossa Excelência está atarefado.

Se o interlocutor for **mulher**: Vossa Excelência está atarefada.



Sua Excelência X Vossa Excelência



“**Sua** Excelência”:

- usamos para se referir a uma terceira pessoa (de quem se fala);
- aparece no **Endereçamento**;

“**Vossa** Excelência”:

- usamos para nos referirmos diretamente à autoridade (com quem se fala).
- aparece na forma de tratamento, na forma de “falar” com a autoridade.



(CESPE / STM / 2018)

Brasília, X de novembro de 20xx.

Assunto: **Convite para cerimônia de posse do presidente do Superior Tribunal Militar**

Senhor Juiz-Auditor titular da 12ª Circunscrição Judiciária Militar,

Convido-o para a cerimônia de posse do presidente do Superior Tribunal Militar, a realizar-se na sede do órgão, em Brasília, no dia 1º de março de 20xx.

Por favor, confirme sua presença até o dia 1º de fevereiro de 20xx.

Considerando o trecho de documento hipotético apresentado anteriormente, julgue o item a seguir.

Caso o documento hipotético em questão tenha sido enviado pela Assessoria de Cerimonial da Presidência do Superior Tribunal Militar, no documento de confirmação enviado à autoridade emissora, deverá ser empregado o pronome de tratamento **Vossa Senhoria**.

**Comentários:**

O destinatário convidado é um Juiz-Auditor (tratado por Vossa Excelência); se responder para um servidor da assessoria, este deverá ser tratado por Vossa Senhoria. Questão correta.

(CESPE / STM / 2018)

Brasília, X de novembro de 20xx.

Assunto: **Convite para cerimônia de posse do presidente do Superior Tribunal Militar**



Senhor Juiz-Auditor titular da 12ª Circunscrição Judiciária Militar,

Convido-o para a cerimônia de posse do presidente do Superior Tribunal Militar, a realizar-se na sede do órgão, em Brasília, no dia 1º de março de 20xx.

Por favor, confirme sua presença até o dia 1º de fevereiro de 20xx.

Considerando o trecho de documento hipotético apresentado anteriormente, julgue o item a seguir.

Considerando-se o emprego dos pronomes de tratamento na referida correspondência oficial, estaria correta a substituição do trecho Convido-o por **Convido Vossa Excelência**.

#### Comentários:

Sim. O pronome “o” retoma “Juiz-Auditor”. Para se dirigir diretamente a esta autoridade, usa-se “Vossa Excelência”. Questão correta.

## Cargos interino e substituto

Na identificação do signatário, depois do nome do cargo, é possível utilizar os termos "interino" e "substituto", conforme situações a seguir:

- ✓ Interino é aquele nomeado para ocupar transitoriamente cargo público durante a **vacância**;
- ✓ Substituto é aquele designado para exercer as atribuições de cargo público vago ou no caso de **afastamento** e **impedimentos** legais ou regulamentares do titular.

Esses termos devem ser utilizados depois do nome do cargo, **sem hífen**, **sem vírgula** e em **minúsculo**.

**Ex:** *Diretor-Geral interino*

*Secretário-Executivo substituto*

## Signatárias do sexo feminino

Na identificação do signatário, o cargo ocupado por pessoa do sexo feminino deve ser flexionado no gênero feminino.

**Ex:** *Ministra de Estado*

*Secretária-Executiva interina*

*Técnica Administrativa*

*Coordenadora Administrativa*

## Escrevem-se com Hífen:

- cargos formados pelo adjetivo “**geral**”: *diretor-geral*, *relator-geral*, *ouvidor-geral*;
- postos** e **gradações** da diplomacia: *primeiro-secretário*, *segundo-secretário*;
- postos** da hierarquia militar: *tenente-coronel*, *capitão-tenente*;



**Exceção:** nomes compostos com elemento de ligação preposicionado ficam sem hífen: *general de exército, general de brigada, tenente-brigadeiro do ar, capitão de mar e guerra;*

d) cargos que denotam **hierarquia** dentro de uma empresa: *diretor-presidente, diretor-adjunto, editor-chefe, editor-assistente, sócio-gerente, diretor-executivo;*

e) cargos formados por **numerais**: *primeiro-ministro, primeira-dama;*

f) cargos formados com os prefixos “**ex**” ou “**vice**”: *ex-diretor, vice-presidente.*



O novo Acordo Ortográfico tornou **opcional** o uso de iniciais maiúsculas em palavras usadas reverencialmente, por exemplo para cargos e títulos (exemplo: o Presidente francês ou o presidente francês).

Porém, em **palavras com hífen**, após se optar pelo uso da maiúscula ou da minúscula, deve-se manter a escolha para a grafia de todos os elementos hifenizados:

“**Vice-Presidente**”

“**vice-presidente**”

“~~Vice-presidente~~”. (Misturou!)

## PADRÃO OFÍCIO

**Havia** três tipos de expedientes que se diferenciavam antes pela finalidade do que pela forma: o ofício, o aviso e o memorando.

A distinção básica anterior entre os três era:

**a) aviso:** era expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia;

**b) ofício:** era expedido para e pelas demais autoridades; e

**c) memorando:** era expedido entre unidades administrativas de um mesmo órgão.

Com o objetivo de uniformizá-los, deve-se adotar **nomenclatura e diagramação únicas**, que sigam o que chamamos de **padrão ofício**.





### (CESPE / MP-CE / 2020)

O expediente denominado ofício é apropriado como forma de comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão.

#### Comentários:

Sim. Antes, essa comunicação era feita por "memorando", mas o Manual de Redação Oficial da Presidência da República, maior referência em redação oficial, unificou aviso e memorando num expediente único: o ofício. Veja:

Até a segunda edição deste Manual, havia três tipos de expedientes que se diferenciavam antes pela finalidade do que pela forma: o ofício, o aviso e o memorando. Com o objetivo de uniformizá-los, deve-se adotar nomenclatura e diagramação únicas, que sigam o que chamamos de padrão ofício.

A distinção básica anterior entre os três era: a) aviso: era expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia; b) ofício: era expedido para e pelas demais autoridades; e c) memorando: era expedido entre unidades administrativas de um mesmo órgão.

**Atenção: Nesta nova edição ficou abolida aquela distinção e passou-se a utilizar o termo ofício nas três hipóteses** Questão correta.

## ESTRUTURA DO PADRÃO OFÍCIO

Vamos estudar agora as partes do documento no padrão ofício.

### Cabeçalho

O cabeçalho é utilizado **apenas na primeira página** do documento, centralizado na área determinada pela formatação

No cabeçalho deverão constar os seguintes elementos:

- a) **brasão** de Armas da República: no topo da página. Não há necessidade de ser aplicado em cores. O uso de marca da instituição deve ser evitado na correspondência oficial para não se sobrepor ao Brasão de Armas da República.
- b) nome do **órgão principal**;
- c) nomes dos **órgãos secundários**, quando necessários, da maior para a menor hierarquia, separados por barra (/); e
- d) espaçamento: entrelinhas simples (1,0).



Exemplo:



Os **dados do órgão**, tais como endereço, telefone, endereço de correspondência eletrônica, sítio eletrônico oficial da instituição, podem ser informados no **rodapé** do documento.

## Identificação do expediente

Os documentos oficiais devem ser identificados da seguinte maneira:

- nome do documento: tipo de expediente por extenso, com todas as letras maiúsculas;
- indicação de numeração: abreviatura da palavra “número”, padronizada como No;
- informações do documento: número, ano (com quatro dígitos) e siglas usuais do setor que expede o documento, da menor para a maior hierarquia, separados por barra (/); e
- alinhamento: à margem esquerda da página.

Exemplo:

OFÍCIO No 652/2018/SAA/SE/MT

## Local e data do documento

Na grafia de datas em um documento, o conteúdo deve constar da seguinte forma:

- composição: local e data do documento;
- informação de **local**: nome da cidade onde foi expedido o documento, seguido de vírgula. **Não** se deve utilizar a sigla da unidade da federação depois do nome da cidade;
- dia do mês: em numeração ordinal se for o primeiro dia do mês e em numeração cardinal para os demais dias do mês. **Não** se deve utilizar zero à esquerda do número que indica o dia do mês;
- nome do mês: deve ser escrito com inicial **minúscula**;
- pontuação: coloca-se **ponto-final** depois da data; e
- alinhamento: o texto da data deve ser alinhado à margem direita da página.

Exemplo:

Brasília, 2 de fevereiro de 2021.

## Endereçamento

O endereçamento é a parte do documento que informa **quem receberá** o expediente.



Nele deverão constar os seguintes elementos:

- a) vocativo: na forma de tratamento adequada para quem receberá o expediente;
- b) nome: nome do destinatário do expediente;
- c) cargo: cargo do destinatário do expediente;
- d) endereço: endereço postal de quem receberá o expediente, dividido em duas linhas:

**Primeira linha:** informação de localidade/logradouro do destinatário ou, no caso de ofício ao mesmo órgão, informação do setor;

**Segunda linha:** CEP e cidade/unidade da federação, separados por espaço simples. Na separação entre cidade e unidade da federação pode ser substituída a barra pelo ponto ou pelo travessão.

No caso de **ofício ao mesmo órgão**, **não** é obrigatória a informação do CEP, podendo ficar apenas a informação da cidade/unidade da federação; e

- e) alinhamento: à margem **esquerda** da página.

O **pronome de tratamento** no endereçamento das comunicações dirigidas às autoridades tratadas por Vossa Excelência terá a seguinte forma: “A Sua Excelência o Senhor” ou “A Sua Excelência a Senhora”.

Quando o tratamento destinado ao receptor for Vossa Senhoria, o endereçamento a ser empregado é “Ao Senhor” ou “À Senhora”.

Ressalte-se que **não** se utiliza a expressão **“A Sua Senhoria o Senhor” ou “A Sua Senhoria a Senhora”**.

### Exemplos:

A Sua Excelência o Senhor	À Senhora
[Nome]	[Nome]
Ministro de Estado da Justiça	Diretora de Gestão de Pessoas
Esplanada dos Ministérios	SAUS Q. 3 Lote 5/6 Ed Sede I
Bloco T 70064-900 Brasília/DF	70070-030 Brasília. DF

Vejam que o manual acolheu a hipótese de haver **crase** com o pronome de tratamento “Senhora”.

## Assunto

O assunto deve dar uma ideia geral do que trata o documento, de forma sucinta.

Ele deve ser grafado da seguinte maneira:

- a) título: a palavra **Assunto** deve anteceder a frase que define o conteúdo do documento, seguida de



dois-pontos;

b) descrição do assunto: a frase que descreve o conteúdo do documento deve ser escrita com inicial maiúscula, não se deve utilizar verbos e sugere-se utilizar de quatro a cinco palavras;

c) destaque: todo o texto referente ao assunto, inclusive o título, deve ser destacado em negrito;

d) pontuação: coloca-se ponto-final depois do assunto; e

e) alinhamento: à margem esquerda da página.

### Exemplos:

Assunto: Encaminhamento do Relatório de Gestão dezembro/2020.

Assunto: Aquisição de computadores.

## Texto do documento

A estrutura do texto pode variar caso seja um documento de mero encaminhamento ou não.

Nos casos em que não for de mero encaminhamento de documentos, o expediente deve conter a seguinte estrutura:

1. **Introdução**, que se confunde com o parágrafo de abertura, na qual é apresentado o assunto que motiva a comunicação.

Seja **impessoal**, evite o uso das formas: “Tenho a honra de”, “Tenho o prazer de”, “Cumpre-me informar que”. Prefira empregar a forma direta: **Informo, Solicito, Comunico...**

2. **Desenvolvimento**, no qual o assunto é detalhado; se o texto contiver mais de uma ideia sobre o assunto, elas devem ser tratadas em parágrafos distintos, o que confere maior clareza à exposição;
3. **Conclusão**, em que é reafirmada ou simplesmente rerepresentada a posição recomendada sobre o assunto.

Como regra, os **parágrafos** do texto devem ser **numerados**, **exceto** nos casos em que estes estejam organizados em itens ou títulos e subtítulos.

Se o documento é de **mero encaminhamento** de documentos a estrutura é a seguinte:

1. **Introdução**: deve iniciar com **referência ao expediente que solicitou** o encaminhamento. Se a remessa do documento **não** tiver sido solicitada, deve iniciar com a informação do motivo da comunicação, que é encaminhar, indicando a seguir os dados completos do documento encaminhado (tipo, data, origem ou signatário, e assunto de que trata), e a razão pela qual está sendo encaminhado, segundo a seguinte fórmula:

**“Em resposta ao Ofício no 12, de 1o de fevereiro de 2018, encaminho cópia do Ofício no 34, de 3 de abril de 2018, da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, que trata da requisição do servidor Fulano de Tal.**



(Encaminhamento de documento que foi solicitado)

**OU**

**Encaminho, para exame e pronunciamento, cópia do Ofício** no 12, de 1o de fevereiro de 2018, do Presidente da Confederação Nacional da Indústria, a respeito de projeto de modernização de técnicas agrícolas na região Nordeste.”

(Encaminhamento de documento que **NÃO** foi solicitado)

2. **Desenvolvimento:** se o autor da comunicação desejar fazer algum comentário a respeito do documento que encaminha, poderá **(facultativamente)** acrescentar parágrafos de desenvolvimento; em caso contrário, não há parágrafos de desenvolvimento em aviso ou ofício de mero encaminhamento.

Em ambos os casos, o texto do documento deve ser formatado da seguinte maneira:

- a) alinhamento: justificado;
- b) espaçamento entre linhas: simples;
- c) parágrafos:
  - i- espaçamento entre parágrafos: de 6 pontos após cada parágrafo;
  - ii- recuo de parágrafo: 2,5 cm de distância da margem esquerda;
  - iii- numeração dos parágrafos: apenas quando o documento tiver três ou mais parágrafos, desde o primeiro parágrafo. Não se numeram o vocativo e o fecho;
- d) fonte: Calibri ou Carlito;
  - i- corpo do texto: tamanho 12 pontos;
  - ii- citações recuadas: tamanho 11 pontos; e
  - iii- notas de Rodapé: tamanho 10 pontos;
- e) símbolos: para símbolos não existentes nas fontes indicadas, pode-se utilizar as fontes Symbol e Wingdings;



**(CESPE / MP-CE / 2020)**

É adequado o uso da forma **Fortaleza, 8 de março de 2020**, alinhada à margem direita da página em um documento no padrão ofício expedido na referida data na cidade de Fortaleza – CE.

**Comentários:**

Sim, a data deve ser alinhada à direita do documento. Exemplo: Brasília, 2 de fevereiro de 2018.

Questão correta.



### (CESPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL MÉDIO / 2020)

O texto de um documento oficial deve seguir a estrutura padronizada de introdução, desenvolvimento e conclusão, exceto em casos de encaminhamento de documentos.

#### Comentários:

Sim. Se houver mero encaminhamento, o desenvolvimento é usado apenas se houver necessidade de algum acréscimo:

quando forem usados para encaminhamento de documentos, a estrutura é modificada:

a) introdução: deve iniciar com referência ao expediente que solicitou o encaminhamento. Se a remessa do documento não tiver sido solicitada, deve iniciar com a informação do motivo da comunicação, que é encaminhar, indicando a seguir os dados completos do documento encaminhado (tipo, data, origem ou signatário e assunto de que se trata) e a razão pela qual está sendo encaminhado; e

Exemplos:

Em resposta ao Ofício nº 12, de 1º de fevereiro de 2018, encaminho cópia do Ofício nº 34, de 3 de abril de 2018, da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, que trata da requisição do servidor Fulano de Tal.

Encaminho, para exame e pronunciamento, cópia do Ofício nº 12, de 1º de fevereiro de 2018, do Presidente da Confederação Nacional da Indústria, a respeito de projeto de modernização de técnicas agrícolas na região Nordeste.

b) **desenvolvimento**: se o autor da comunicação desejar fazer algum comentário a respeito do documento que encaminha, poderá acrescentar parágrafos de desenvolvimento. Caso contrário, não há parágrafos de desenvolvimento em expediente usado para encaminhamento de documentos. Questão correta.

## Fechos para comunicações

O fecho das comunicações oficiais deve ser objetiva, além de ter a finalidade de arrematar o texto, saudar o destinatário.

A escolha do fecho vai depender da **relação hierárquica** entre o remetente e o destinatário. Autoridades superiores receberão tratamento mais reverente.

A regra é clara, há somente **2** fechos:

Para **autoridades superiores**, inclusive o Presidente da República → **Respeitosamente.**

Para autoridades de **mesma hierarquia ou** de hierarquia **inferior** → **Atenciosamente.**

**Exceção**: comunicações dirigidas a autoridades estrangeiras, que atendem a rito e tradição próprios.

## Formatação do Fecho

O fecho da comunicação deve ser formatado da seguinte maneira:

- alinhamento: alinhado à margem esquerda da página;
- reco de parágrafo: 2,5 cm de distância da margem esquerda;
- espaçamento entre linhas: simples;
- espaçamento entre parágrafos: de 6 pontos após cada parágrafo; e
- não deve ser numerado.



## Identificação do signatário

**Excluídas** as comunicações assinadas pelo **Presidente da República**, **todas** as demais comunicações oficiais devem informar o signatário segundo o padrão:

- nome: nome da autoridade que as expede, grafado em letras maiúsculas, sem negrito. **Não** se usa linha acima do nome do signatário;
- cargo: cargo da autoridade que expede o documento, redigido apenas com as iniciais maiúsculas. As preposições que liguem as palavras do cargo devem ser grafadas em minúsculas;
- alinhamento: a identificação do signatário deve ser centralizada na página.

Para evitar equívocos, recomenda-se não deixar a assinatura em página isolada do expediente. Transfira para essa página ao menos a última frase anterior ao fecho.

### Exemplo:

(espaço para assinatura)

NOME

Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República



### (CESPE / MP-CE / 2020)

No fecho de uma comunicação oficial remetida ao presidente da República, deve constar Respeitosamente, antes da assinatura do remetente.

#### Comentários:

Sim, pois o presidente é autoridade hierarquicamente superior. Veja a literalidade do manual:

Com o objetivo de simplificá-los e uniformizá-los, este Manual estabelece o emprego de somente dois fechos diferentes para todas as modalidades de comunicação oficial:

a) Para autoridades de hierarquia superior a do remetente, inclusive o Presidente da República:

Respeitosamente,

b) Para autoridades de mesma hierarquia, de hierarquia inferior ou demais casos:

Atenciosamente,

Ficam **excluídas** dessa fórmula as comunicações dirigidas a autoridades estrangeiras, que atendem a rito e tradição próprios. Questão correta.

### (CESPE / STM / 2018)



2 Informo, ainda, que a pauta e os documentos da reunião serão enviados oportunamente.

3 Por fim, solicito, encarecidamente, que seja feito contato com a equipe de apoio deste Ministério para confirmação de sua presença na reunião, por meio do endereço eletrônico [ministerio@mp.gov.br](mailto:ministerio@mp.gov.br).

Atenciosamente,

Considerando que o fragmento de texto apresentado integra parte de uma correspondência oficial, julgue o item a seguir.

*Os aspectos estruturais e o tema do texto indicam tratar-se de expediente que segue o padrão ofício, ao passo que o seu fechamento sugere tratar-se de documento destinado a autoridade de mesma hierarquia ou de hierarquia inferior à do remetente.*

#### Comentários:

Temos indício de que seja um ofício porque o assunto é o envio de documentos de um “ministério” para outro órgão. Pelo fecho “atenciosamente”, concluímos que emissor e destinatário são de mesma hierarquia ou o destinatário é de hierarquia inferior. Questão correta.

## Numeração das páginas

A numeração das páginas é obrigatória apenas **a partir da segunda página** da comunicação. Segue a seguinte formatação:

- a) posição: no rodapé do documento, dentro da área de 2 cm da margem inferior; e
- b) fonte: Calibri ou Carlito.

## FORMATAÇÃO DO PADRÃO OFÍCIO

Infelizmente, não há como fugir. Aqui precisamos decorar a literalidade das diversas regras de formatação do padrão ofício. Vou destacar os aspectos mais importantes, mas vale a pena ler todas.

Os documentos do padrão ofício devem obedecer à seguinte formatação:

- a) tamanho do papel: A4 (29,7 cm x 21,0 cm);
- b) margem lateral esquerda: no mínimo, 3 cm de largura;
- c) margem lateral direita: 1,5 cm;
- d) margens superior e inferior: 2 cm;
- e) área de cabeçalho: na primeira página, 5 cm a partir da borda superior do papel;
- f) área de rodapé: nos 2 cm da margem inferior do documento;
- g) impressão: na correspondência oficial, a impressão pode ocorrer em **ambas as faces** do papel. Nesse caso, as margens esquerda e direita terão as distâncias invertidas nas páginas pares (**margem espelho**);



**h) cores:** os textos devem ser impressos na **cor preta** em papel branco, reservando-se, se necessário, a impressão colorida para gráficos e ilustrações;

**i) destaques:** para destaques deve-se utilizar, **sem abuso, o negrito**. Deve-se evitar destaques com uso de itálico, sublinhado, letras maiúsculas, sombreado, sombra, relevo, bordas ou qualquer outra forma de formatação que afete a sobriedade e a padronização do documento;

**j) palavras estrangeiras:** **palavras estrangeiras** devem ser grafadas em *itálico*;

**k) arquivamento:** dentro do possível, todos os documentos elaborados devem ter o arquivo de texto preservado para consulta posterior ou aproveitamento de trechos para casos análogos. Deve ser utilizado, preferencialmente, formato de arquivo que possa ser lido e editado pela maioria dos editores de texto utilizados no serviço público, tais como **DOCX, ODT ou RTF**.

**l) nome do arquivo:** para facilitar a localização, os nomes dos arquivos devem ser formados da seguinte maneira:

tipo do documento + número do documento + ano do documento (com 4 dígitos) + palavras-chaves do conteúdo

**Exemplo:**

*Ofício 123\_2018\_relatório produtividade anual*

Seguem exemplos de Ofício:





**(CESPE / SEDF / 2017)** A respeito de correspondência oficial, julgue o item seguinte, à luz do Manual de Redação da Presidência da República.

Quanto à apresentação, nos documentos que seguem o padrão ofício, devem-se priorizar a utilização de negrito, itálico e letras maiúsculas.

**Comentários:**

Para destaques **deve-se utilizar, sem abuso, o negrito. Deve-se evitar destaques com uso de itálico, sublinhado, letras maiúsculas**, sombreado, sombra, relevo, bordas ou qualquer outra forma de formatação que afete a sobriedade e a padronização do documento. Questão incorreta.



## TIPOS DE DOCUMENTOS

Os documentos oficiais podem ser identificados de acordo com algumas possíveis variações, a depender no número de remetentes e/ou destinatários:

a) [NOME DO EXPEDIENTE] + **CIRCULAR**: Quando um órgão envia o **mesmo expediente para mais de um órgão** receptor. A sigla na epígrafe<sup>1</sup> será apenas do órgão remetente.

b) [NOME DO EXPEDIENTE] + **CONJUNTO**: Quando **mais de um órgão** envia, conjuntamente, o mesmo expediente **para um único órgão** receptor.

As siglas dos órgãos remetentes constarão na epígrafe.

c) [NOME DO EXPEDIENTE] + **CONJUNTO CIRCULAR**: Quando **mais de um órgão** envia, conjuntamente, o mesmo expediente **para mais de um órgão receptor**. As siglas dos órgãos remetentes constarão na epígrafe.

### Exemplos:

OFÍCIO CIRCULAR Nº 652/2018/MEC

OFÍCIO CONJUNTO Nº 368/2018/SECEX/SAJ

OFÍCIO CONJUNTO CIRCULAR Nº 795/2018/CC/MJ/MRE

Nos **expedientes circulares**, por haver mais de um receptor, o órgão remetente poderá inserir no rodapé as siglas ou nomes dos órgãos que receberão o expediente.

## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Exposição de motivos (EM) é o expediente **dirigido ao Presidente da República ou ao Vice-Presidente** para:

- propor alguma medida;
- submeter projeto de ato normativo à sua consideração; ou
- informá-lo de determinado assunto.

A exposição de motivos é dirigida ao Presidente da República por um Ministro de Estado. Nos casos em que o assunto tratado envolva mais de um ministério, a exposição de motivos será assinada por todos os ministros envolvidos, sendo, por essa razão, chamada de interministerial.

Independente de ser uma exposição de motivos com apenas um autor ou interministerial, a **sequência numérica** das exposições de motivos é **única**. A numeração começa e termina dentro de um mesmo ano civil.

A exposição de motivos é a principal modalidade de comunicação dirigida ao Presidente da República pelos

---

<sup>1</sup> Epígrafe: título ou frase que, colocada no início de um livro, um capítulo, um poema etc., serve de tema ao assunto ou para resumir o sentido ou situar a motivação da obra.



ministros. Além disso, pode, em certos casos, ser **encaminhada cópia ao Congresso Nacional ou ao Poder Judiciário**.

## Forma e estrutura

As exposições de motivos devem, obrigatoriamente:

- a) apontar, na introdução: o problema que demanda a adoção da medida ou do ato normativo proposto; ou informar ao Presidente da República algum assunto;
- b) indicar, no desenvolvimento: a razão de aquela medida ou de aquele ato normativo ser o ideal para se solucionar o problema e as eventuais alternativas existentes para equacioná-lo; ou fornecer mais detalhes sobre o assunto informado, quando for esse o caso; e
- c) na conclusão: novamente, propor a medida a ser tomada ou o ato normativo a ser editado para solucionar o problema; ou apresentar as considerações finais no caso de EMs apenas informativas.

A exposição de motivos que encaminha **proposição normativa** deve seguir o prescrito no Decreto nº 9.191/2017.

Em síntese, elas devem ser instruídas com **parecer jurídico** e **parecer de mérito** que permitam a adequada avaliação da proposta.

O atendimento dos requisitos do Decreto nº 9.191/2017, nas exposições de motivos que proponham a edição de ato normativo, tem como propósito:

- a) permitir a adequada reflexão sobre o problema que se busca resolver;
- b) ensejar avaliação das diversas causas do problema e dos efeitos que podem ter a adoção da medida ou a edição do ato, em consonância com as questões que devem ser analisadas na elaboração de proposições normativas no âmbito do Poder Executivo;
- c) conferir transparência aos atos propostos;
- d) resumir os principais aspectos da proposta; e
- e) evitar a devolução a proposta de ato normativo para complementação ou reformulação da proposta.



Nas exposições de motivos:

- **Endereçamento:** utiliza apenas o pronome de tratamento, sem a necessidade de nome e cargo do receptor
- **Assunto:** **não** há esse campo.



## Segue exemplo de Exposição de Motivo:

Exemplo de exposição de motivos:

O diagrama mostra a estrutura de uma exposição de motivos. No topo, há um espaço de 2 cm para o brasão de armas. Abaixo dele, o número do ato normativo "EM Nº 38/2018/MTB/MS" está a 5 cm do topo. A data "Brasília, 6 de novembro de 2018." está a 1,5 cm da borda direita. O destinatário "Excelentíssimo Senhor Presidente da República," está a 3 cm da borda esquerda. O corpo do texto começa com "1 Submetemos à consideração de Vossa Excelência a proposta de Medida Provisória que tem por objetivo de efetivar as operações de financiamento destinadas a entidades hospitalares filantrópicas e sem fins lucrativos que participem de forma complementar do Sistema único de Saúde (SUS)." e continua com os parágrafos 2, 3 e 4. À direita do texto, há um espaço para assinatura, com o nome "[NOME DO SIGNATÁRIO]" e o cargo "[Ministro de Estado]". No canto inferior direito, há o número "2". Na borda inferior esquerda, há um espaço de 2 cm.



**(CESPE / TCE-PA / 2016)** Em relação às finalidades dos textos oficiais, julgue o item seguinte.

*A exposição de motivos é o expediente dirigido ao presidente ou ao vice-presidente da República, geralmente emitido por um ministro de Estado.*

### Comentários:

Exposição de motivos é o expediente dirigido (em regra, por um Ministro) ao Presidente da República ou ao Vice-Presidente para: informá-lo de determinado assunto; propor alguma medida ou submeter a sua consideração projeto de ato normativo. Esse expediente segue o padrão ofício, mas varia estruturalmente de acordo com sua finalidade.

Nos casos em que o assunto tratado envolva mais de um Ministério, a exposição de motivos deverá ser assinada por todos os Ministros envolvidos, sendo, por essa razão, chamada de interministerial.



Questão correta.

## MENSAGEM

A Mensagem é o instrumento de comunicação oficial **entre os Chefes dos Poderes** Públicos em assuntos que são de interesse dos Poderes Públicos e da Nação.

A minuta de mensagem pode ser encaminhada pelos ministérios à Presidência da República e as respectivas assessorias serão incumbidas da redação final.

As mensagens mais usuais do Poder Executivo ao Congresso Nacional têm as seguintes finalidades:

- a) Encaminhamento de **proposta de emenda constitucional, de projeto de lei ordinária, de projeto de lei complementar** e os que compreendem plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamentos anuais e créditos adicionais;
- b) Encaminhamento de **medida provisória**;
- c) **Indicação** de autoridades;

São as mensagens que submetem ao Senado Federal a indicação de pessoas para ocuparem determinados cargos (magistrados dos tribunais superiores, ministros do Tribunal de Contas da União, presidentes e diretores do Banco Central, Procurador-Geral da República, chefes de missão diplomática, diretores e conselheiros de agências etc.) para aprovar a indicação.

Acompanha a mensagem o *curriculum vitae* do indicado, assinado, com a informação do número de Cadastro de Pessoa Física.

- d) **Pedido de autorização** para o Presidente ou o Vice-Presidente da República se ausentarem do país por mais de 15 dias;
- e) Encaminhamento de atos de **concessão e de renovação de concessão de emissoras** de rádio e TV;
- f) Encaminhamento das **contas** referentes ao exercício anterior;

O Presidente da República tem o prazo de 60 dias após a abertura da sessão legislativa para enviar ao Congresso Nacional as contas referentes ao exercício anterior.

- g) Mensagem de **abertura da sessão legislativa**;

Deve conter o plano de governo, exposição sobre a situação do País e a solicitação de providências que julgar necessárias (Constituição, art. 84, inciso XI).

O portador da mensagem é o Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Esta mensagem difere das demais, porque vai encadernada e é **distribuída a todos os** congressistas em forma de livro.

- h) Comunicação de **sanção** de lei (com restituição de autógrafos);

Esta mensagem é dirigida aos Membros do Congresso Nacional, encaminhada por ofício ao Primeiro-Secretário da Casa onde se originaram os autógrafos. Nela se informa o número que tomou a lei e se restituem dois exemplares dos três autógrafos recebidos, nos quais o Presidente da República terá apostado o despacho de sanção.



i) Comunicação de **veto**.

## Outras mensagens remetidas ao Legislativo

Aqui, estudaremos outras possibilidades menos usuais de emprego do expediente Mensagem. Novamente, não há como fugir da literalidade.

- ✓ Apreciação de **intervenção federal** (Constituição, art. 36, § 2º).
- ✓ Encaminhamento de **atos internacionais** que acarretam encargos ou compromissos gravosos (Constituição, art. 49, caput, inciso I);
- ✓ Pedido de **estabelecimento de alíquotas** aplicáveis às operações e prestações interestaduais e de exportação (Constituição, art. 155, § 2o, inciso IV);
- ✓ Proposta de **fixação de limites globais** para o montante da dívida consolidada (Constituição, art. 52, caput, inciso VI);
- ✓ Pedido de **autorização para operações financeiras externas** (Constituição, art. 52, caput, inciso V);
- ✓ **Convocação extraordinária** do Congresso Nacional (Constituição, art. 57, § 6o);
- ✓ Pedido de autorização para **exonerar** o Procurador-Geral da República (Constituição, art. 52, inciso XI, e art. 128, § 2o);
- ✓ Pedido de autorização para **declarar guerra** e decretar **mobilização nacional** (Constituição, art. 84, inciso XIX);
- ✓ Pedido de autorização ou referendo para **celebrar a paz** (Constituição, art. 84, inciso XX);
- ✓ **Justificativa** para decretação do **estado de defesa** ou de sua prorrogação (Constituição, art. 136, § 4o);
- ✓ Pedido de autorização para **decretar o estado de sítio** (Constituição, art. 137);
- ✓ **Relato** das medidas praticadas na vigência do estado de sítio ou de defesa (Constituição, art. 141, parágrafo único);
- ✓ Proposta de **modificação de projetos de leis** que compreendem plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamentos anuais e créditos adicionais (Constituição, art. 166, § 5o);
- ✓ Pedido de autorização para **utilizar recursos** que fiquem sem despesas correspondentes, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual (Constituição, art. 166, § 8o);
- ✓ Pedido de autorização para **alienar ou conceder terras públicas** com área superior a 2.500 ha (Constituição, art. 188, § 1o).



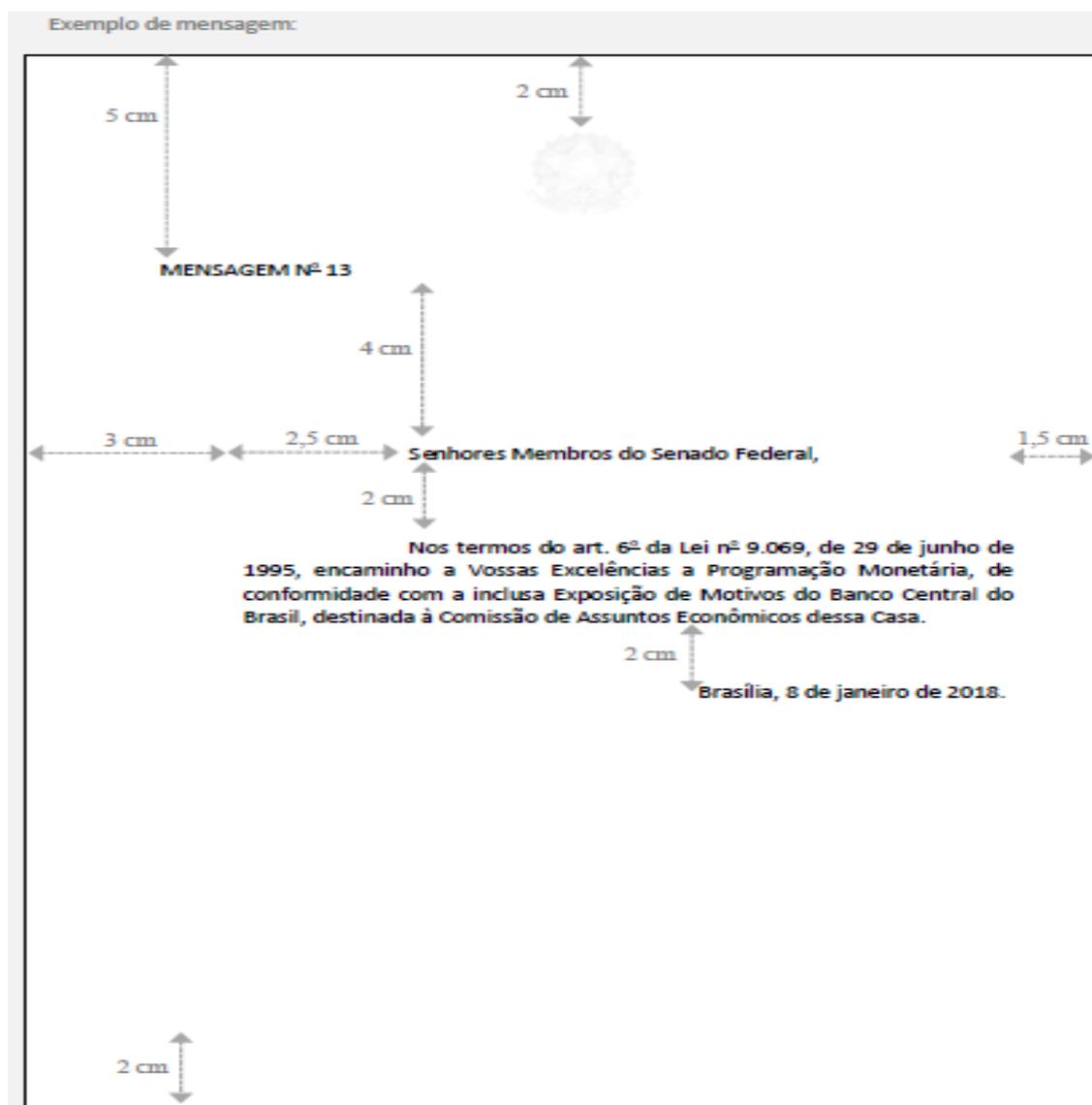
## Forma e estrutura

As mensagens contêm:

- a) brasão: timbre em relevo branco
- b) identificação do expediente: MENSAGEM Nº, alinhada à margem esquerda, no início do texto;
- c) vocativo: alinhado à margem esquerda, de acordo com o pronome de tratamento e o cargo do destinatário, com o recuo de parágrafo dado ao texto;
- d) texto: iniciado a 2 cm do vocativo; e
- e) local e data: posicionados a 2 cm do final do texto, alinhados à margem direita.

A mensagem, como os demais atos assinados pelo Presidente da República, não traz identificação de seu signatário.

**Exemplo:**





**(CESPE / PC-MA / 2018)**

Um servidor público, responsável pela requisição de materiais de consumo ao almoxarifado de seu órgão, recebeu a incumbência de enviar a este setor um documento oficial solicitando a reposição de materiais de escritório, tais como toner para impressora, papéis para impressão e envelopes para correspondência.

Nessa situação hipotética, relativamente ao tipo de correspondência oficial, para atender corretamente à incumbência, o servidor deverá redigir uma mensagem, tendo em vista a trivialidade da solicitação em questão.

**Comentários:**

A Mensagem é um documento enviado pelo Presidente ao Poder Legislativo em situações que demandem deliberação deste poder. Não é documento utilizado em situações administrativas internas como a mencionada no enunciado. Questão incorreta.

**(CESPE / TCE-PA / 2016)**

Em relação às finalidades dos textos oficiais, julgue o item seguinte

A mensagem é um expediente de natureza informativa usado por todas as repartições públicas para comunicar-se com os cidadãos....

**Comentários:**

Não mesmo, a mensagem é um expediente bastante específico e restrito.

É o instrumento de comunicação *oficial entre os Chefes dos Poderes Públicos*, notadamente as mensagens enviadas pelo Chefe do Poder Executivo ao Poder Legislativo para informar sobre fato da Administração Pública; expor o plano de governo por ocasião da abertura de sessão legislativa; submeter ao Congresso Nacional *matérias que dependem de deliberação de suas Casas*; apresentar veto; enfim, fazer e agradecer comunicações de tudo quanto seja de interesse dos poderes públicos e da Nação. Questão incorreta.

## E-MAIL

A utilização do *e-mail* para a comunicação tornou-se prática comum, não só em âmbito privado, mas também na administração pública.

A depender do contexto, o termo *e-mail* pode ser empregado com três sentidos, pode significar:

**Gênero textual:** modalidade de texto, em oposição às cartas, telegramas, mensagens de texto, por exemplo.

**Endereço eletrônico:** seu *e-mail* (lili@gmail.com, por exemplo).

**Sistema** de transmissão de mensagem eletrônica: a tecnologia.



Como **gênero textual**, o *e-mail* pode ser considerado um **documento oficial**, assim como o ofício e o memorando. Portanto, deve-se evitar o uso de linguagem incompatível com uma comunicação oficial.

Como **endereço eletrônico** utilizado pelos servidores públicos, o e-mail deve ser oficial, utilizando-se a extensão “.gov.br”, por exemplo.

Como **sistema de transmissão** de mensagens eletrônicas, por seu baixo custo e celeridade, transformou-se na **principal** forma de envio e recebimento de documentos na administração pública.

## Valor documental

Nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2/2001, para que o e-mail tenha valor documental, isto é, para que possa ser aceito como documento original, é necessário existir **certificação digital** que ateste a identidade do remetente, segundo os parâmetros de integridade, autenticidade e validade jurídica da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.

O destinatário **poderá reconhecer como válido o e-mail sem certificação digital ou com certificação digital fora ICP-Brasil**. Contudo, caso haja questionamento, será obrigatório a **repetição** do ato por meio documento físico assinado ou por meio eletrônico reconhecido pela ICP-Brasil.

Salvo lei específica, não é dado ao ente público impor a aceitação de documento eletrônico que não atenda os parâmetros da ICP-Brasil.

## Forma e estrutura

Um dos atrativos de comunicação por correio eletrônico é sua **flexibilidade**. Assim, não interessa definir padronização da mensagem comunicada. No entanto, devem-se observar algumas orientações quanto à sua estrutura.

### a) Campo “Assunto”

O assunto deve ser o mais **claro e específico** possível, relacionado ao conteúdo global da mensagem. Assim, quem irá receber a mensagem identificará rapidamente do que se trata e quem a envia **poderá**, posteriormente, localizar a mensagem na caixa do correio eletrônico.

Deve-se assegurar que o assunto reflita claramente o conteúdo completo da mensagem para que não pareça, ao receptor, que se trata de mensagem não solicitada/lixo eletrônico.

**Por exemplo**, em vez de “Reunião”, um assunto mais preciso seria “Agendamento de reunião sobre a Reforma da Previdência”.

### b) Local e data

São **desnecessários** no corpo da mensagem, uma vez que o próprio sistema apresenta essa informação.



c) Saudação inicial/vocativo

O texto dos correios eletrônicos deve ser iniciado por uma saudação.

Quando endereçado para outras instituições, para receptores desconhecidos ou para particulares, deve-se utilizar o vocativo **conforme os demais documentos oficiais**, ou seja, “Senhor” ou “Senhora”, seguido do cargo respectivo, ou “Prezado Senhor”, “Prezada Senhora”.

**Exemplos:** *Senhor Coordenador,*

*Prezada Senhora,*

d) Fecho

**Atenciosamente** é o fecho padrão em comunicações oficiais.

Com o uso do e-mail, popularizou-se o uso de abreviações como “Att.”, e de outros fechos, como “Abraços”, “Saudações”, que, apesar de amplamente usados, **não** são fechos oficiais e, portanto, não devem ser utilizados em e-mails profissionais.

O correio eletrônico, em algumas situações, aceita uma saudação inicial e um fecho menos formais. No entanto, a **linguagem** do texto dos correios eletrônicos deve ser **formal**, como a que se usaria em qualquer outro documento oficial.



**“Att.”, “Abraços” e “Saudações”** não são fechos oficiais e, portanto, **não** devem ser utilizados em e-mails profissionais.

e) Bloco de texto da assinatura

Sugere-se que todas as instituições da administração pública adotem um **padrão** de texto de assinatura.

A assinatura do e-mail deve conter o nome completo, o cargo, a unidade, o órgão e o telefone do remetente.

**Exemplo:**

Maria da Silva

Assessora

Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil

(61)XXXX-XXXX

f) Anexos

A possibilidade de anexar documentos, planilhas e imagens de diversos formatos é uma das vantagens do e-mail. A mensagem que encaminha algum arquivo deve trazer **informações mínimas** sobre o conteúdo do anexo.



Antes de enviar um anexo, é preciso avaliar se ele é realmente **indispensável** e se seria possível colocá-lo no corpo do correio eletrônico.

Deve-se **evitar** o **tamanho excessivo** e o **reencaminhamento** de anexos nas mensagens de resposta.

Os arquivos anexados devem estar em **formatos usuais** e que apresentem **poucos riscos de segurança**. Quando se tratar de documento ainda em discussão, os arquivos devem, necessariamente, ser enviados, em formato que possa ser editado.

O manual não diz os formatos especificamente, apenas prescreve que os anexos deverão estar em formatos usuais (comuns) e seguros.

## Recomendações

- ✓ Sempre que necessário, deve-se utilizar recurso de **confirmação de leitura**. Caso não esteja disponível, deve constar da mensagem pedido de confirmação de recebimento;
- ✓ Apesar da imensa lista de fontes disponíveis nos computadores, mantêm-se a recomendação de tipo de fonte, tamanho e cor dos documentos oficiais: **Calibri ou Carlito, tamanho 12, cor preta**;
- ✓ Fundo ou papéis de parede eletrônicos não devem ser utilizados, pois não são apropriados para mensagens profissionais, além de sobrecarregar o tamanho da mensagem eletrônica;
- ✓ A mensagem do correio eletrônico deve ser **revisada** com o mesmo cuidado com que se revisam outros documentos oficiais;
- ✓ O texto profissional **dispensa manifestações emocionais**. Por isso, ícones e emoticons não devem ser utilizados;
- ✓ Os textos das mensagens eletrônicas **não** podem ser redigidos com abreviações como “vc”, “pq”, usuais das conversas na internet, ou neologismos, como “naum”, “eh”, “aki”;
- ✓ **Não** se deve utilizar texto em **caixa alta** para destaques de palavras ou trechos da mensagem pois denota agressividade de parte do emissor da comunicação.
- ✓ **Evite-se** o uso de **imagens** no corpo do e-mail, inclusive das Armas da República Federativa do Brasil e de logotipos do ente público junto ao texto da assinatura.
- ✓ Não devem ser remetidas mensagem com tamanho total que possa exceder a capacidade do servidor do destinatário.



(CESPE / MP-CE / 2020)

Entre os documentos oficiais, o email é o que apresenta maior flexibilidade formal, uma vez que, nesse tipo de comunicação, se admite o uso de abreviações como vc e pq.



### Comentários:

De fato, o email possui maior flexibilidade, mas deve seguir às mesmas restrições de linguagem e impessoalidade. Não é permitido usar abreviações típicas da linguagem informal digital.

#### Recomendações

- Sempre que necessário, deve-se utilizar recurso de confirmação de leitura. Caso não esteja disponível, deve constar da mensagem pedido de confirmação de recebimento;
- Apesar da imensa lista de fontes disponíveis nos computadores, mantêm-se a recomendação de tipo de fonte, tamanho e cor dos documentos oficiais: Calibri ou Carlito, tamanho 12, cor preta;
- Fundo ou papéis de parede eletrônicos não devem ser utilizados, pois não são apropriados para mensagens profissionais, além de sobrecarregar o tamanho da mensagem eletrônica;
- A mensagem do correio eletrônico deve ser revisada com o mesmo cuidado com que se revisam outros documentos oficiais;
- O texto profissional dispensa manifestações emocionais. Por isso, ícones e emoticons não devem ser utilizados;
- **Os textos das mensagens eletrônicas não podem ser redigidos com abreviações como “vc”, “pq”, usuais das conversas na internet, ou neologismos, como “naum”, “eh”, “aki”;**
- Não se deve utilizar texto em caixa alta para destaques de palavras ou trechos da mensagem pois denota agressividade de parte do emissor da comunicação.
- Evite-se o uso de imagens no corpo do e-mail, inclusive das Armas da República Federativa do Brasil e de logotipos do ente público junto ao texto da assinatura.
- Não devem ser remetidas mensagem com tamanho total que possa exceder a capacidade do servidor do destinatário Questão incorreta.

### (CESPE / SEDF / 2017)

XXXXX n.º 134/2014/GR

Brasília, 15 de outubro de 2014.

A Sua Excelência o Senhor

Antonio Carlos Gustavo

Ministro da Educação

Ministério da Educação

Esplanada dos Ministérios

70.160-900 – Brasília.DF

Assunto: Convite para Cerimônia do I Prêmio Professor Pesquisador

Senhor Ministro,

1. Com o objetivo de estimular a produção de pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento, a Universidade das Garças criou, no ano de 2014, o Prêmio Professor Pesquisador.
2. A Cerimônia de Entrega das premiações da primeira edição do prêmio será às 19 h de 1.º de novembro de



2014 e terá lugar nesta Universidade.

3. Assim, gostaríamos de convidar Sua Excelência para participar da referida cerimônia entregando as premiações aos escolhidos e também proferindo breve discurso de encerramento.

Respeitosamente,

PAULO MARCOS ROBERTO

Reitor da Universidade das Garças

Considerando as características e padronização das correspondências oficiais constantes no Manual de Redação da Presidência da República (MRPR), julgue o item a seguir, pertinente ao documento oficial hipotético anteriormente apresentado.

O vocativo do expediente hipotético em apreço — Senhor Ministro — estaria em desacordo com a norma preconizada pelo MRPR caso fosse substituído pelo seguinte: Excelentíssimo Senhor Ministro.

**Comentários:**

O destinatário é um Ministro, não é chefe de poder. Então não pode receber o tratamento de “Excelentíssimo Senhor”. Questão correta.

**(CESPE / SEDF – 2017)** Considerando as características e padronização das correspondências oficiais constantes no Manual de Redação da Presidência da República (MRPR), julgue o item a seguir, pertinente ao documento oficial hipotético anteriormente apresentado (Questão 43).

*O fecho da comunicação manter-se-ia adequado ao padrão preconizado pelo MRPR caso fosse substituído por Atenciosamente*

**Comentários:**

O destinatário é um Ministro, autoridade hierarquicamente superior a um Reitor. Então, o fecho deve ser **Respeitosamente**. Questão incorreta.



## RESUMO

### Redação Oficial

**Finalidade** precípua dos expedientes oficiais: comunicar.

**Emissor** (quem comunica): Serviço Público, órgãos, entidades e agentes públicos.

**Mensagem** (o que se comunica): assunto de interesse público.

**Receptor** (o público): órgão ou entidade pública, ou até uma instituição privada, destinatários da comunicação oficial.

Comunicação oficial é um ato visto como de **caráter normativo** e que deve observar um certo **nível de linguagem**.

### Características



O texto oficial deve ser **inteligível e transparente** pela sua finalidade de informar ou regular a conduta do cidadão. É inaceitável um texto oficial que não seja entendido por todos os cidadãos.

#### Impessoalidade:

Do comunicador (Poder público), do assunto (só assunto de interesse público) e do receptor (Poder Público ou cidadão concebido como “público”).

O texto oficial não deve trazer impressões pessoais. Por isso, **não use** “tenho a honra de”, “tenho o prazer de”, “muito grato”, “renovo protestos de estima e consideração”.

#### Padrão Culto ≠ Padrão Oficial de Linguagem

Deve-se usar o “**padrão culto da língua**” para garantir um “vocabulário comum ao grupo de usuários da língua”, que esteja acima da linguagem restrita certos grupos. *Regionalismos, jargão técnico, gírias limitam a compreensão.*



Porém, **não existe “padrão oficial de linguagem”**, caracterizado por um “burocratês”, cheio de expressões arcaicas, formas tradicionais de cortesia e abuso de clichês. Tudo isso deve ser evitado.

Deve-se evitar o uso indiscriminado de linguagem técnica. Tenha o cuidado de **explicitar termos técnicos ou específicos**.

## Formalidade:

Refere-se a regras de forma, tanto de gramática como de vocabulário.

Não se resume unicamente ao uso correto dos pronomes de tratamento: envolve a polidez, a civilidade e o próprio enfoque dado ao assunto.

## Padronização:

Envolve a clareza datilográfica, o uso de papéis uniformes e de uma correta diagramação (padrão ofício).

## Concisão:

Refere-se à “economia linguística”: transmitir **o máximo de informação com o mínimo de palavras**. Depende de conhecimento e tempo para revisão (releitura). Não se confunde com economia de pensamento, pois somente ideias que não acrescentem nada ao texto devem ser retiradas.

## Clareza:

Significa “**imediate compreensão**”. Decorre também da impessoalidade, da linguagem culta, da formalidade, da padronização e da concisão.

## Pronomes de tratamento

Apontam para a segunda pessoa, mas concordam com a terceira. Use como base a concordância do “**você**”.

**Ex:** Vossa Excelência **nomeará seu** assessor.

O **adjetivo** concorda com o “**sexo**” do ouvinte.

**Ex:** Vossa excelência está cansado (homem)/cansada(mulher).

**Vossa Excelência** deve ser usado para (rol exemplificativo): Presidente/Vice; Ministros de Estado; Prefeito/Governador; Oficiais-Generais; embaixadores; Secretários Executivos e de Estado e Cargos de Natureza Especial; Deputados e Senadores; Ministros do TCU; Pres. de. Câ. Leg. Municipal; Ministros do STF, STJ, TST, TSE, STM.

## Vocativo:

Vocativo “**Excelentíssimo**” ➡ Presidentes dos três Poderes.



Vocativo "Senhor" → demais autoridades.

## Endereçamento:

A Sua Excelência o Senhor

[Nome]

Ministro de Estado da Justiça

Esplanada dos Ministérios

Bloco T 70064-900 Brasília/DF

À Senhora

[Nome]

Diretora de Gestão de Pessoas

SAUS Q. 3 Lote 5/6 Ed Sede I

70070-030 Brasília. DF

**Não** use *"ilustríssimo"*, *"digníssimo"*, ou indiscriminadamente *"doutor"*.

## Fecho:

Hierarquia superior (inclusive o Presidente da República)

Mesma hierarquia, hierarquia inferior ou demais casos

Para autoridades estrangeiras, há ritos e tradições próprios.



Respeitosamente.



Atenciosamente.

## Identificação do Signatário:

(espaço para assinatura)

Nome

Ministro de Estado da Justiça

**Exceto do Presidente**, todos os expedientes devem trazer a identificação do signatário.

## Exposição de Motivos

Enviado de Ministro de Estado para o Presidente/Vice para:

- 1) informar assunto;
- 2) Propor Medida;
- 3) Submeter projeto de ato normativo.

## Mensagem

Expediente **entre chefes de poder**, notadamente entre o Executivo e o Legislativo.

Mensagens mais usuais: Projeto de Lei/Medida Provisória/Nomeação de Autoridades/Sanção e



Veto/Encaminhamento das contas do exercício.

Mensagens menos comuns: Pedido para declarar guerra, estado de sítio e de defesa; convocação extraordinária do CN; exoneração do PGR; manifestação do Legislativo sobre ato do Executivo.

## Correio Eletrônico

Forma flexível, mas compatível com a redação oficial. Tem valor documental se houver certificação digital, na forma da lei.

*O destinatário **poderá reconhecer como válido o e-mail sem certificação digital ou com certificação digital fora ICP-Brasil**; contudo, caso haja questionamento, será obrigatório a **repetição** do ato por meio documento físico assinado ou por meio eletrônico reconhecido pela ICP-Brasil.*

O anexo deve ser em formato usual e seguro (o manual não menciona quais extensões)

Confirmação de leitura sempre que disponível, ou pedir confirmação de recebimento.

## Decreto nº 9.758/2019

É limitado a comunicação COM agentes públicos FEDERAIS.

**Ex:** *Ofício de particular para INSS* → utiliza-se o pronome "Senhor";

*Ofício do Ministério da Saúde para a ANVISA* → utiliza-se o pronome "Senhor".

**Não se aplica** às comunicações entre agentes públicos da administração pública federal e agentes públicos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas, da Defensoria Pública, do Ministério Público ou de outros entes federativos.

Nesses casos, o uso do pronome de tratamento "Excelência" ou qualquer outro que a comunicação exija está mantido.

**Ex:** *Ofício do Ministério da Saúde para o STF* → está mantido o uso do pronome "Excelência".

*Ofício de particular a Senador* → está mantido o uso do pronome "Excelência".



## QUESTÕES COMENTADAS

### 1. (CESPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL MÉDIO / 2020)

A formalidade e a precisão da redação oficial dependem do uso correto da norma padrão da língua portuguesa, ainda que isso implique falta de clareza.

#### Comentários:

Não se admite falta de clareza. Formalidade e precisão, na verdade, colaboram para maior clareza. Questão incorreta.

### 2. (CESPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL MÉDIO / 2020)

Os assuntos objetos dos expedientes oficiais devem ser tratados de forma estritamente impessoal, uma vez que a redação oficial é elaborada sempre em nome do serviço público e sempre em atendimento ao interesse geral dos cidadãos.

#### Comentários:

Percebe-se, assim, que o tratamento impessoal que deve ser dado aos assuntos que constam das comunicações oficiais decorre:

a) da **ausência de impressões individuais** de quem comunica: embora se trate, por exemplo, de um expediente assinado por Chefe de determinada Seção, a comunicação é sempre feita em nome do serviço público. Obtém-se, assim, uma desejável padronização, que permite que as comunicações elaboradas em diferentes setores da administração pública guardem entre si certa uniformidade;

b) da **impessoalidade de quem recebe a comunicação**: ela pode ser dirigida a um cidadão, sempre concebido como público, ou a uma instituição privada, a outro órgão ou a outra entidade pública. Em todos os casos, temos um destinatário concebido de forma homogênea e impessoal; e

c) do **caráter impessoal do próprio assunto** tratado: se o universo temático das comunicações oficiais se restringe a questões que dizem respeito ao interesse público, é natural não caber qualquer tom particular ou pessoal. Questão correta.

### 3. (CESPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR / 2020)

Em uma correspondência oficial destinada a um procurador-geral de estado, o vocativo a ser empregado é Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral.

#### Comentários:

De acordo com a literalidade do Manual da Presidência, "Excelentíssimo Senhor" é apenas empregado para chefes de poder. Vejam que vale a literalidade do manual, que **não foi alterada pelo decreto 9758/2019**. Questão incorreta.

### 4. (CESPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR / 2020)

O expediente denominado ofício é apropriado como forma de comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão.

#### Comentários:

Sim. Antes, essa comunicação era feita por "memorando", mas o Manual de Redação Oficial da Presidência da República, maior referência em redação oficial, unificou aviso e memorando num expediente único: o ofício. Veja:



Até a segunda edição deste Manual, havia três tipos de expedientes que se diferenciavam antes pela finalidade do que pela forma: o ofício, o aviso e o memorando. Com o objetivo de uniformizá-los, deve-se adotar nomenclatura e diagramação únicas, que sigam o que chamamos de padrão ofício.

A distinção básica anterior entre os três era: a) aviso: era expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia; b) ofício: era expedido para e pelas demais autoridades; e c) memorando: era expedido entre unidades administrativas de um mesmo órgão.

**Atenção: Nesta nova edição ficou abolida aquela distinção e passou-se a utilizar o termo ofício nas três hipóteses** Questão correta

#### 5. (CESPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR / 2020)

É adequado o uso da forma **Fortaleza, 8 de março de 2020**, alinhada à margem direita da página em um documento no padrão ofício expedido na referida data na cidade de Fortaleza – CE.

#### Comentários:

Sim, a data deve ser alinhada à direita do documento. Exemplo: Brasília, 2 de fevereiro de 2018. Questão correta.

#### 6. (CESPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL MÉDIO / 2020)

O texto de um documento oficial deve seguir a estrutura padronizada de introdução, desenvolvimento e conclusão, exceto em casos de encaminhamento de documentos.

Sim. Se houver mero encaminhamento, o desenvolvimento é usado apenas se houver necessidade de algum acréscimo, ou seja, a estrutura é modificada:

a) introdução: deve iniciar com referência ao expediente que solicitou o encaminhamento. Se a remessa do documento não tiver sido solicitada, deve iniciar com a informação do motivo da comunicação, que é encaminhar, indicando a seguir os dados completos do documento encaminhado (tipo, data, origem ou signatário e assunto de que se trata) e a razão pela qual está sendo encaminhado; e.

b) **desenvolvimento: se o autor da comunicação desejar fazer algum comentário a respeito do documento que encaminha, poderá acrescentar parágrafos de desenvolvimento. Caso contrário, não há parágrafos de desenvolvimento em expediente usado para encaminhamento de documentos.** Questão correta

7. (CESPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL MÉDIO / 2020) Entre os documentos oficiais, o email é o que apresenta maior flexibilidade formal, uma vez que, nesse tipo de comunicação, se admite o uso de abreviações como vc e pq.

#### Comentários:

De fato, o email possui maior flexibilidade, mas deve seguir às mesmas restrições de linguagem e impessoalidade. Não é permitido usar abreviações típicas da linguagem informal digital. Questão incorreta.

#### 8. (CESPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL MÉDIO / 2020)

O MRPR prevê somente dois fechos diferentes para as modalidades de comunicação oficial entre autoridades da administração pública: Respeitosamente, caso o destinatário seja autoridade de hierarquia superior à do remetente; e Atenciosamente, caso o destinatário seja autoridade de mesma hierarquia ou de hierarquia inferior à do remetente. Ficam excluídas dessa norma as comunicações dirigidas a autoridades estrangeiras, que atendem a rito e tradição próprios.

#### Comentários:

Exatamente, veja novamente a literalidade:



Com o objetivo de simplificá-los e uniformizá-los, este Manual estabelece o emprego de somente dois fechos diferentes para todas as modalidades de comunicação oficial:

a) Para autoridades de hierarquia superior a do remetente, inclusive o Presidente da República:

Respeitosamente,

b) Para autoridades de mesma hierarquia, de hierarquia inferior ou demais casos:

Atenciosamente,

Ficam excluídas dessa fórmula as comunicações dirigidas a autoridades estrangeiras, que atendem a rito e tradição próprios. Questão correta.

### 9. (CESPE / STM / ANALISTA JUDICIÁRIO / 2018)

2 Informo, ainda, que a pauta e os documentos da reunião serão enviados oportunamente.

3 Por fim, solicito, encarecidamente, que seja feito contato com a equipe de apoio deste Ministério para confirmação de sua presença na reunião, por meio do endereço eletrônico [ministerio@mp.gov.br](mailto:ministerio@mp.gov.br).

Atenciosamente,

Considerando que o fragmento de texto apresentado integra parte de uma correspondência oficial, julgue o item a seguir.

*Os aspectos estruturais e o tema do texto indicam tratar-se de expediente que segue o padrão ofício, ao passo que o seu fechamento sugere tratar-se de documento destinado a autoridade de mesma hierarquia ou de hierarquia inferior à do remetente.*

#### Comentários:

Temos indício de que seja um ofício porque o assunto é o envio de documentos de um “ministério” para outro órgão. Pelo fecho “atenciosamente”, concluímos que emissor e destinatário são de mesma hierarquia ou o destinatário é de hierarquia inferior. Questão correta

### 10. (CESPE / STM / ANALISTA JUDICIÁRIO / 2018)

Considerando que o fragmento de texto da questão anterior, julgue o item a seguir.

O pronome demonstrativo contido na contração deste refere-se ao órgão ao qual se destina o expediente em questão.

#### Comentários:

“Deste” se refere ao Ministério que envia o expediente, por isso o remetente fornece o email, para que o destinatário entre em contato. Não faria sentido o contrário. Questão incorreta.

### 11. (CESPE / PC-MA / ESCRIVÃO DE POLÍCIA / 2018)

Um servidor público, responsável pela requisição de materiais de consumo ao almoxarifado de seu órgão, recebeu a incumbência de enviar a este setor um documento oficial solicitando a reposição de materiais de escritório, tais como toner para impressora, papéis para impressão e envelopes para correspondência.

Nessa situação hipotética, relativamente ao tipo de correspondência oficial, para atender corretamente à incumbência, o servidor deverá redigir uma mensagem, tendo em vista a trivialidade da solicitação em questão.



### Comentários:

A Mensagem é um documento enviado pelo Presidente ao Poder Legislativo em situações que demandem deliberação deste poder. Não é documento utilizado em situações administrativas internas como a mencionada no enunciado. Questão incorreta.

### 12. (CESPE / FUB / ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO / 2018)

Com base no Manual de Redação da Presidência da República (MRPR), julgue o item que se segue.

O MRPR estabelece o padrão oficial de linguagem, segundo o qual textos oficiais devem ser redigidos de maneira formal e impessoal.

### Comentários:

Embora estabeleça parâmetros para o uso da língua em redações oficiais, o MRPR **rejeita** a adoção de um **padrão** de escrita baseado em uma **linguagem** administrativa específica, alheia à evolução natural da língua. Questão incorreta.

### 13. (CESPE / FUB / ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO / 2018)

Com base no Manual de Redação da Presidência da República (MRPR), julgue o item que se segue.

Emprega-se o fecho **Atenciosamente** em comunicações oficiais dirigidas a autoridades de mesma hierarquia do remetente ou de hierarquia inferior à deste.

### Comentários:

Lembre-se:

Hierarquia superior (inclusive o Presidente da República) → **Respeitosamente**.

Mesma hierarquia, hierarquia inferior ou demais casos → **Atenciosamente**.

Questão correta.

### 14. (CESPE / STM / CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR / 2018)

Em uma frase, pode-se dizer que redação oficial é a maneira pela qual o Poder Público redige atos normativos e comunicações.

*Manual de Redação da Presidência da República. 2ª ed. rev. e atual. Brasília, 2002, p.4.*

Considerando a definição apresentada, julgue o próximo item, relativo à redação oficial.

Em um documento a ser enviado pelo ministro presidente do Superior Tribunal Militar ao ministro presidente do Supremo Tribunal Federal, é adequado o emprego do pronome de tratamento Vossa Senhoria como vocativo, pois ambos (remetente e destinatário) ocupam cargos de mesmo nível hierárquico.

### Comentários:

O tratamento para ministros é “Vossa Excelência”. Questão incorreta.

### 15. (CESPE / STM / TÉCNICO JUDICIÁRIO / 2018)

Brasília, X de novembro de 20xx.

Assunto: **Convite para cerimônia de posse do presidente do Superior Tribunal Militar**

Senhor Juiz-Auditor titular da 12ª Circunscrição Judiciária Militar,



Convido-o para a cerimônia de posse do presidente do Superior Tribunal Militar, a realizar-se na sede do órgão, em Brasília, no dia 1º de março de 20xx.

Por favor, confirme sua presença até o dia 1º de fevereiro de 20xx.

Considerando o trecho de documento hipotético apresentado anteriormente, julgue o item a seguir.

Caso o documento hipotético em questão tenha sido enviado pela Assessoria de Cerimonial da Presidência do Superior Tribunal Militar, no documento de confirmação enviado à autoridade emissora, deverá ser empregado o pronome de tratamento **Vossa Senhoria**.

#### Comentários:

O destinatário convidado é um Juiz-Auditor (tratado por Vossa Excelência); se responder para um servidor da assessoria, este deverá ser tratado por Vossa Senhoria. Questão correta

#### 16. (CESPE / STM / TÉCNICO JUDICIÁRIO / 2018)

Brasília, X de novembro de 20xx.

Assunto: **Convite para cerimônia de posse do presidente do Superior Tribunal Militar**

Senhor Juiz-Auditor titular da 12ª Circunscrição Judiciária Militar,

Convido-o para a cerimônia de posse do presidente do Superior Tribunal Militar, a realizar-se na sede do órgão, em Brasília, no dia 1º de março de 20xx.

Por favor, confirme sua presença até o dia 1º de fevereiro de 20xx.

Considerando o trecho de documento hipotético apresentado anteriormente, julgue o item a seguir.

Considerando-se o emprego dos pronomes de tratamento na referida correspondência oficial, estaria correta a substituição do trecho Convido-o por **Convido Vossa Excelência**.

#### Comentários:

Sim. O pronome “o” retoma “Juiz-Auditor”. Para se dirigir diretamente a esta autoridade, usa-se “Vossa Excelência”. Questão correta

#### 17. (CESPE / FUB / ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO / 2018)

A fim de atender aos requisitos de formalidade e impessoalidade, os verbos empregados nos textos de ofícios, cartas, circulares e memorandos devem estar sempre em terceira pessoa do singular.

#### Comentários:

**Impessoalidade** não significa necessariamente está sempre na terceira pessoa. O texto deve transparecer uma impessoalidade e dessa maneira deixar marcas de que há formalidade, concisão, coerência e evitar o regionalismo. Questão incorreta.

#### 18. (CESPE / FUB / ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO / 2018)

Com base no Manual de Redação da Presidência da República (MRPR), julgue o item que se segue.

A redação oficial constitui atos normativos e comunicações do poder público necessariamente uniformes e destinados exclusivamente para órgão do serviço público.



### Comentários:

Nas correspondências oficiais, o remetente sempre será a administração pública, porém os destinatários poderão ser tanto órgãos públicos quanto o particular/a sociedade e entidades particulares. Questão incorreta.

### 19. (CESPE / STM / ANALISTA JUDICIÁRIO / 2018)

Considerando que o fragmento de texto apresentado integra parte de uma correspondência oficial, julgue o item a seguir.

O emprego do advérbio encarecidamente é inadequado, visto que prejudica o caráter impessoal que deve ser adotado em textos oficiais.

### Comentários:

Sim. "Encarecidamente" fere a impessoalidade, por ser afetivo, emocional, pouco objetivo. Questão correta.

### 20. (CESPE / STM / TÉCNICO JUDICIÁRIO / 2018)

Brasília, X de novembro de 20xx.

Assunto: Convite para cerimônia de posse do presidente do Superior Tribunal Militar

Senhor Juiz-Auditor titular da 12ª Circunscrição Judiciária Militar,

Convido-o para a cerimônia de posse do presidente do Superior Tribunal Militar, a realizar-se na sede do órgão, em Brasília, no dia 1º de março de 20xx.

Por favor, confirme sua presença até o dia 1º de fevereiro de 20xx.

Considerando o trecho de documento hipotético apresentado anteriormente, julgue o item a seguir.

A linguagem empregada no texto é inadequada à correspondência oficial, por sua informalidade e simplicidade.

### Comentários:

A linguagem é direta e objetiva. Não há indícios de informalidade ou simplicidade, até porque a simplicidade não é defeito da redação oficial. A língua culta é contra a pobreza de expressão e não contra a sua simplicidade. Questão incorreta.

### 21. (CESPE / STM / ANALISTA JUDICIÁRIO / 2018)

*Em uma frase, pode-se dizer que redação oficial é a maneira pela qual o Poder Público redige atos normativos e comunicações.*

Manual de Redação da Presidência da República. 2ª ed. rev. e atual. Brasília, 2002, p.4.

Considerando a definição apresentada, julgue o próximo item, relativo à redação oficial.

Na redação de súmulas, dado seu caráter técnico, devem-se empregar, sempre que possível, jargões.

### Comentários:

Deve-se evitar o jargão, por dificultar a compreensão:

*As comunicações que partem dos órgãos públicos federais devem ser compreendidas por todo e qualquer cidadão brasileiro. Para atingir esse objetivo, há que evitar o uso de uma linguagem restrita a determinados grupos. Não há dúvida que um texto marcado por expressões de circulação restrita, como a gíria, os*



*regionalismos vocabulares ou o jargão técnico, tem sua compreensão dificultada.*

Questão incorreta.

## 22. (CESPE / PF / AGENTE / 2018)

Considerando o fragmento de texto apresentado, julgue o seguinte item, de acordo com o disposto no Manual de Redação da Presidência da República (MRPR).

A concisão é uma qualidade da redação oficial que atende ao princípio da economia linguística, segundo o qual se deve reduzir ao mínimo de palavras possível o conteúdo a ser comunicado, evitando-se redundâncias ou trechos inúteis.

### Comentários:

Exatamente isso! A concisão de um texto oficial relaciona-se à sua capacidade de transmitir o máximo de informações empregando o mínimo de palavras. Questão correta.

## 23. (CESPE / PF / AGENTE / 2018)

Considerando o fragmento de texto apresentado, julgue o seguinte item, de acordo com o disposto no Manual de Redação da Presidência da República (MRPR).

Embora estabeleça parâmetros para o uso da língua em redações oficiais, o MRPR rejeita a adoção de um padrão de escrita baseado em uma linguagem administrativa específica, alheia à evolução natural da língua.

### Comentários:

Cuidado com as definições!

Segundo o MRPR: *"É claro que haverá preferência pelo uso de determinadas expressões, ou será obedecida certa tradição no emprego das formas sintáticas, mas isso não implica, necessariamente, que se consagre a utilização de uma forma de linguagem burocrática. O jargão burocrático, como todo jargão, deve ser evitado, pois terá sempre sua compreensão limitada."*

Ou seja, o que o MRPR dita é o uso da norma culta ou padrão. Não se fala em "padrão de linguagem". Questão correta.

## 24. (CESPE / PF / AGENTE / 2018)

Considerando o fragmento de texto apresentado, julgue o seguinte item, de acordo com o disposto no Manual de Redação da Presidência da República (MRPR).

A redação dos atos normativos deve permitir que cada cidadão, a partir de suas condições próprias de leitura, atribua ao texto legal sua própria interpretação.

### Comentários:

As correspondências oficiais devem ter linguagem clara e adequada ao destinatário, de forma que ele possa compreendê-la. Contudo, a sua interpretação deve ser única. Questão incorreta.

## 25. (CESPE / PF / PAPILOSCOPISTA / 2018)

Com relação a comunicações oficiais, julgue o item a seguir, com base nos preceitos do Manual de Redação da Presidência da República.

Entre outros objetivos, os atos oficiais visam regular o funcionamento dos órgãos públicos, o que só será alcançado se, em sua elaboração, for empregada a linguagem adequada. O mesmo se dá com os expedientes oficiais, cuja principal finalidade é a de informar com clareza e objetividade.



### Comentários:

Questão literal, retirada do MRPR, que diz: "A necessidade de empregar determinado nível de linguagem nos atos e expedientes oficiais decorre, de um lado, do próprio caráter público desses atos e comunicações; de outro, de sua finalidade. Os atos oficiais, aqui entendidos como atos de caráter normativo, ou estabelecem regras para a conduta dos cidadãos, ou regulam o funcionamento dos órgãos públicos, o que só é alcançado se em sua elaboração for empregada a linguagem adequada. O mesmo se dá com os expedientes oficiais, cuja finalidade precípua é a de informar com clareza e objetividade".\_Questão correta.

### 26. (CESPE / STJ / 2018)

Superior Tribunal de Justiça

XXXX n.º 7789/GP

Brasília, 9 de setembro de 2017.

A Vossa Excelência o Senhor  
Desembargador AAAAA  
Presidente do  
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

Assunto: Encerramento de período de cessão de servidores

Excelentíssimo Presidente,

1. Em alusão à solicitação de prorrogação de cessão de servidores, cumpro-me informar a Vossa Excelência que o art. 18 da Resolução STJ/GP n.º 334, de maio de 2016, estabelece que as cessões desta Corte devem ater-se ao período de 90 dias.
2. Diante disso, indeferi a solicitação de prorrogação de prazo de cessão de Fulano e Beltrano, que devem, findo o período estipulado, retornar a suas atividades nesta Corte.

Respeitosamente,

\_\_\_\_\_  
Ministro BBBBB  
Presidente

Considerando que o texto apresentado constitua um expediente hipotético, julgue o item a seguir, acerca de aspectos da redação oficial.

De acordo com as recomendações pertinentes ao emprego de vocativos em correspondências oficiais, o vocativo Excelentíssimo Presidente está incorreto, razão por que deveria ser substituído por **Excelentíssimo Senhor Presidente**.

### Comentários:

Perceba que no expediente temos o Presidente do TJDF, ou seja, um Desembargador, que não está elencado entre os Presidentes dos três Poderes. Por isso, o correto é Senhor Presidente do TJDF, e não Excelentíssimo.

Lembre-se:

Vocativo "Excelentíssimo" ➡ Presidentes dos três Poderes.

Vocativo "Senhor" ➡ demais autoridades. Questão incorreta.

### 27. (CESPE / STJ / 2018) Utilize o texto da questão anterior

Considerando que o texto apresentado constitua um expediente hipotético, julgue o item a seguir, acerca de aspectos da redação oficial.



O fecho empregado na comunicação em apreço está correto, uma vez que, no caso, os interlocutores são ocupantes de cargos de igual hierarquia.

**Comentários:**

Veja que se os interlocutores são ocupantes de mesma hierarquia, o fecho não poderia ser "Respeitosamente", mas "Atenciosamente".

Lembre-se:

Hierarquia superior (inclusive o Presidente da República) → Respeitosamente.

Mesma hierarquia, hierarquia inferior ou demais casos → Atenciosamente.

Questão incorreta.

**28. (CESPE / STJ / 2018) Utilize o documento da questão anterior.**

Considerando que o texto apresentado constitua um expediente hipotético, julgue o item a seguir, acerca de aspectos da redação oficial.

O uso da primeira pessoa no expediente hipotético apresentado não viola a recomendação de impessoalidade da linguagem em comunicações oficiais.

**Comentários:**

A **impessoalidade** não está associada ao emprego da pessoa gramatical, mas à ausência de impressões individuais. Questão correta.

**29. (CESPE / STJ / 2018) Utilize o documento da questão anterior.**

Considerando que o texto apresentado constitua um expediente hipotético, julgue o item a seguir, acerca de aspectos da redação oficial.

O emprego de **Vossa Excelência** no campo de indicação do destinatário é considerado inadequado.

**Comentários:**

Para evitar confusão, reforço aqui que Decreto 97.758/2019 **não se aplica** às comunicações entre agentes públicos da administração pública federal e agentes públicos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas, da Defensoria Pública, do Ministério Público ou de outros entes federativos. Ou seja, a questão não está desatualizada!

Sobre os pronomes de tratamento, lembre-se:

“Sua Excelência”: aparece no Endereçamento;

“Vossa Excelência”: aparece no corpo do texto. Questão correta.

**30. (CESPE / STM / ANALISTA JUDICIÁRIO / 2018 - Adaptada)**

Com base no Manual de Redação da Presidência da República (MRPR), julgue o item que se segue.

O memorando destina-se à comunicação entre órgãos da administração pública.

**Comentários:**

A última versão do MRPR não detalha mais a diferença entre os expedientes Aviso, Ofício e Memorando. Todos eles são denominados apenas de "padrão ofício". Questão incorreta.

**31. (CESPE / SEDF – 2017) ...Assim, gostaríamos de convidar Sua Excelência para participar da referida cerimônia entregando as premiações aos escolhidos e também proferindo breve discurso de encerramento.**



Considerando as características e padronização das correspondências oficiais constantes no Manual de Redação da Presidência da República (MRPR), julgue o item a seguir, pertinente ao documento oficial hipotético anteriormente apresentado (Questão 43).

O uso da primeira pessoa do plural no último parágrafo do documento em questão fere o princípio da impessoalidade, necessário nas comunicações oficiais.

#### Comentários:

O manual, em vários momentos, preconiza a impessoalidade e ressalta que na redação oficial não cabe qualquer tom *particular ou pessoal*. Desta forma, não há lugar na redação oficial para *impressões pessoais*, como as que, por exemplo, constam de uma *carta a um amigo, ou de um artigo assinado de jornal*, ou mesmo de um *texto literário*.

Contudo, é preciso ter muito cuidado com isso. O uso da primeira pessoa só fere a impessoalidade quando é utilizado para expressar subjetividade, opiniões ou impressões pessoais.

A primeira pessoa do plural “nós” muitas vezes é usada (corretamente) para indicar que o remetente fala em nome de uma seção ou de um órgão, tem ênfase em sentido coletivo.

Então, se o texto fala impessoalmente de assunto afeto ao serviço público, com devida formalidade e uso adequado da linguagem e das formas de tratamento, não vai ser o mero uso da pessoa que vai tornar o texto “contaminado de subjetividade”. Não podemos olhar “roboticamente” para o texto e simplesmente anular sua impessoalidade por um mero pronome.

Na questão, o “gostaríamos” apenas indica que o Reitor convida a autoridade em nome da Universidade, como entidade coletiva. Não há qualquer indício de impessoalidade. Questão incorreta.

#### 32. (CESPE / SEDF – 2017)

##### MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Edifício Sede – 4.º Andar

– Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047

900 Telefone: 2022 8581 e Fax: 2022 8582

<http://www.mec.gov.br>

XXXXX n.º 3/2016/MEC

YYYYY

Aos Reitores dos Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Assunto: Orientações sobre o pagamento de bolsas aos servidores técnico-administrativos.

Referência: Processo n.º 64.

ZZZZZ,

Em atenção à consulta realizada por esta Secretaria à Consultoria Jurídica deste Ministério sobre a extensão da impossibilidade de pagamento direto de bolsas, pelos Institutos Federais, aos servidores técnico-administrativos em educação para ações de capacitação e qualificação, segue anexo o Parecer n.º 486/2015, de junho de 2015, para conhecimento e providências cabíveis.

Atenciosamente,

FULANA DE TAL



Coordenadora-Geral de Desenvolvimento de Pessoas da Rede Federal

Internet: <<http://sei.mec.gov.br>> (com adaptações)

Com referência ao documento anteriormente apresentado — XXXXX n.º 3/2016/MEC —, julgue o item subsequente com base no disposto no Manual de Redação da Presidência da República (MRPR).

Caso, em lugar de YYYYY, fossem inseridos o local e a data de emissão do documento, no formato Brasília, 22/2/2016, tal inserção atenderia ao disposto no MRPR.

**Comentários:**

Observe que “YYYYY” está alinhado à esquerda. A **d**ata deve vir à **d**ireita. Questão incorreta.

**33. (CESPE / TCE-PA / 2016)**

XXX n.º 524/2016/MA

Brasília, 15 de março de 2016.

A Sua Excelência o Senhor Deputado  
[Nome]  
Câmara dos Deputados  
70.000-000 - Brasília - DF

Assunto: Reforma agrária

Senhor Deputado,

Em complemento aos documentos enviados ao seu gabinete na semana passada, informo-lhe que todas as medidas cabíveis foram tomadas. Vossa Senhoria poderá levar os projetos de lei para votação no Plenário da Câmara dos Deputados, de acordo com os prazos regimentais.

Atenciosamente,

XXXXXXXXX  
Senhor João da Silva  
Chefe do Departamento Fundiário do Ministério da Agricultura

A respeito da correspondência oficial hipotética apresentada, julgue o item a seguir com base no que dispõe o Manual de Redação da Presidência da República (MRPR).

O vocativo foi inadequadamente empregado no texto, devendo ser substituído por Excelentíssimo Senhor.

**Comentários:**

Excelentíssimo Senhor se usa apenas para Chefes de Poder (Presidentes da República, do STF e do Congresso). Questão incorreta.

**34. (CESPE / TCE-PA / 2016) Utilize o texto da questão anterior.**

A respeito da correspondência oficial hipotética apresentada, julgue o item a seguir com base no que dispõe o Manual de Redação da Presidência da República (MRPR).

Para garantir a adequação do documento às normas constantes no MRPR quanto ao uso de pronomes de tratamento, o termo Vossa Senhoria, empregado no corpo do texto, tem de ser substituído por **Vossa Excelência**.

**Comentários:**

Os deputados devem ser tratados por Vossa Excelência. Questão correta.



### 35. (CESPE / TCE-PA / 2016)

Com base no disposto no MRPR, julgue o item a seguir, que versa sobre correspondências oficiais.

A redação de documentos oficiais visa à comunicação entre órgãos da administração pública; por essa razão, nesse tipo de documento, deve-se primar pela impessoalidade e pela uniformidade, entre outros aspectos.

#### Comentários:

A redação oficial visa a comunicação entre órgãos e também entre com o público. Por esse motivo, deve ser impessoal (por tratar de interesse público e não particular) e uniforme (para que todos entendam em todo o país). Porém, também devem obedecer a outros princípios constitucionais e atender a outros aspectos de forma.

As comunicações oficiais são necessariamente uniformes, pois há sempre um único comunicador (o Serviço Público) e o *receptor dessas comunicações ou é o próprio Serviço Público (no caso de expedientes dirigidos por um órgão a outro)* – ou o conjunto dos cidadãos ou instituições tratados de forma homogênea (o público).

Não se concebe que um ato normativo de qualquer natureza seja redigido de forma obscura, que dificulte ou impossibilite sua compreensão. A *transparência* do sentido dos atos normativos, bem como sua *inteligibilidade*, são requisitos do próprio Estado de Direito: é inaceitável que um texto legal não seja entendido pelos cidadãos. A publicidade implica, pois, necessariamente, clareza e concisão.

Esses mesmos princípios (*impessoalidade*, clareza, *uniformidade, concisão e uso de linguagem formal*) aplicam-se às comunicações oficiais: elas devem sempre permitir uma única interpretação e ser estritamente *impessoais e uniformes*, o que exige o uso de certo nível de linguagem (*padrão culto*). Questão correta.

### 36. (CESPE / TCE-PA / 2016)

Com base no disposto no MRPR, julgue o item a seguir, que versa sobre correspondências oficiais.

De acordo com MRPR, o órgão emissor do documento oficial deve adotar o padrão estrutural mais adequado em suas comunicações, conforme suas especificidades.

#### Comentários:

Os documentos devem ter forma e linguagem padronizada, porque a Administração Pública é UNA e o cidadão deve imediatamente reconhecer uma correspondência oficial como uma manifestação do Poder Público. Nesse sentido, os documentos devem ser uniformes, devem ter uma “cara” de documento oficial, para que qualquer pessoa imediatamente os reconheça como tal. Se cada órgão usar o formato e a linguagem que quiser, não haverá padronização e uniformidade em nível nacional. Para isso o Manual estabeleceu o Padrão Ofício, válido para os principais documentos expedidos pela Administração Pública.

As comunicações oficiais devem ser *sempre formais*, isto é, obedecem a certas regras de forma: além das já mencionadas exigências de impessoalidade e uso do padrão culto de linguagem, é imperativo, ainda, certa formalidade de tratamento. Não se trata somente da eterna dúvida quanto ao correto emprego deste ou daquele pronome de tratamento para uma autoridade de certo nível; mais do que isso, a formalidade diz respeito à polidez, à civilidade no próprio enfoque dado ao assunto do qual cuida a comunicação.

A formalidade de tratamento vincula-se, também, à necessária *uniformidade das comunicações*. Ora, se a administração federal é una, é *natural que as comunicações que expede sigam um mesmo padrão*. O *estabelecimento desse padrão*, uma das metas deste Manual, exige que se atente para todas as características da redação oficial e que se cuide, ainda, da *apresentação dos textos*.

A clareza datilográfica, o *uso de papéis uniformes para o texto definitivo e a correta diagramação* do texto



são indispensáveis para a padronização.

A apresentação dever ser uniforme, não regrada pela especificidade de cada órgão. Questão incorreta.

**37. (CESPE / TCE-PA / 2016)** Com base no disposto no MRPR, julgue o item a seguir, que versa sobre correspondências oficiais.

O MRPR adota o memorando como padrão para a redação dos documentos oficiais.

#### Comentários:

O MRPR adota o padrão ofício para a redação dos documentos oficiais.

Lembro ainda que a última versão do manual **não diferencia** mais o aviso, o ofício e o memorando. Questão incorreta.

**38. (CESPE / TCE-PA / 2016)**

Mem. 123/2016-DCF

Em 22 de março de 2016.

Ao Sr. Diretor de Infraestrutura

Assunto: instalação de pontos de rede

1 Solicito a Vossa Senhoria verificar a viabilidade de instalar quatro pontos de rede na sala desta Diretoria.

2 A instalação desses pontos é necessária para dar prosseguimento às atividades desenvolvidas neste setor.

3 Certo de contar com as providências e com a atenção especial de Vossa Senhoria, antecipo meus agradecimentos e renovo protesto de elevada consideração.

Atenciosamente,

[nome do signatário]

[cargo do signatário]

Tendo como referência o documento hipotético apresentado, julgue o próximo item com base no disposto no Manual de Redação da Presidência da República (MRPR).

Para garantir a adequação da linguagem no que se refere a aspectos como a impessoalidade, devem-se evitar as expressões utilizadas no terceiro parágrafo do texto.

#### Comentários:

Essas expressões são condenadas pelo manual, pois ferem a impessoalidade, a formalidade e a concisão. O termo “atenção” especial dá impressão que vai haver um tratamento diferenciado, personalizado. O fecho também está em desacordo com o MRPR, que só prevê Atenciosamente e Respeitosamente.

Questão correta.

**39. (CESPE / TCE-PA / 2016)** Tendo como referência o documento hipotético apresentado na questão anterior, julgue o próximo item com base no disposto no Manual de Redação da Presidência da República (MRPR).

Conclui-se, devido ao emprego de Atenciosamente, que o destinatário do documento ocupa cargo hierarquicamente superior ao do signatário.

#### Comentários:

Se o destinatário ocupasse cargo superior, o fecho adequado deveria ser Respeitosamente.



Lembre-se:

Hierarquia superior (inclusive o Presidente da República) → feitosamente.

Mesma hierarquia, hierarquia inferior ou demais casos → nciosamente.

Questão incorreta.

#### 40. (CESPE / TCE-PA / 2016)

Tendo como referência o documento hipotético apresentado na questão 53, julgue o próximo item com base no disposto no Manual de Redação da Presidência da República (MRPR).

Para garantir a adequação do documento ao que dispõe o MRPR, deveria ser suprimida a numeração dos parágrafos do texto.

#### Comentários:

Os parágrafos devem ser numerados nos documentos do padrão ofício apenas quando o documento tiver três ou mais parágrafos, desde o primeiro parágrafo. Não se numeram o vocativo e o fecho. Esse documento traz três parágrafos, que devem então ser numerados. Questão incorreta.

#### 41. (CESPE / TCE-PA / 2016)

Acerca dos aspectos da redação oficial definidos no MRPR, julgue o item a seguir.

O tratamento impessoal nas comunicações oficiais decorre, principalmente, do fato de o comunicador ser o serviço público.

#### Comentários:

O comunicador é o serviço público e a Administração Pública está adstrita ao princípio constitucional da Impessoalidade. Além disso, o assunto também é impessoal, pois é sempre de interesse público.

Questão correta.

#### 42. (CESPE / TCE-PA / 2016)

Acerca dos aspectos da redação oficial definidos no MRPR, julgue o item a seguir.

Na redação de documentos oficiais, deve-se empregar uma linguagem que se aproxime da língua falada, visando-se ao máximo a clareza do texto e a compreensão da comunicação pelos cidadãos.

#### Comentários:

Na redação de documentos oficiais, deve-se usar o padrão culto da língua, sem jargão, gíria, regionalismo ou qualquer outro tipo de linguagem específica de um grupo. A linguagem falada é muito diferente da escrita e varia muito de região para região, além de tender a desvios de gramática. Questão incorreta.



## LISTA DE QUESTÕES

### 1. (CESPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL MÉDIO / 2020)

A formalidade e a precisão da redação oficial dependem do uso correto da norma padrão da língua portuguesa, ainda que isso implique falta de clareza.

### 2. (CESPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL MÉDIO / 2020)

Os assuntos objetos dos expedientes oficiais devem ser tratados de forma estritamente impessoal, uma vez que a redação oficial é elaborada sempre em nome do serviço público e sempre em atendimento ao interesse geral dos cidadãos.

### 3. (CESPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR / 2020)

Em uma correspondência oficial destinada a um procurador-geral de estado, o vocativo a ser empregado é Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral.

### 4. (CESPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR / 2020)

O expediente denominado ofício é apropriado como forma de comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão.

### 5. (CESPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR / 2020)

É adequado o uso da forma **Fortaleza, 8 de março de 2020**, alinhada à margem direita da página em um documento no padrão ofício expedido na referida data na cidade de Fortaleza – CE.

### 6. (CESPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL MÉDIO / 2020)

O texto de um documento oficial deve seguir a estrutura padronizada de introdução, desenvolvimento e conclusão, exceto em casos de encaminhamento de documentos.

### 7. (CESPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL MÉDIO / 2020)

Entre os documentos oficiais, o email é o que apresenta maior flexibilidade formal, uma vez que, nesse tipo de comunicação, se admite o uso de abreviações como vc e pq.

### 8. (CESPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL MÉDIO / 2020)

O MRPR prevê somente dois fechos diferentes para as modalidades de comunicação oficial entre autoridades da administração pública: Respeitosamente, caso o destinatário seja autoridade de hierarquia superior à do remetente; e Atenciosamente, caso o destinatário seja autoridade de mesma hierarquia ou de hierarquia inferior à do remetente. Ficam excluídas dessa norma as comunicações dirigidas a autoridades estrangeiras, que atendem a rito e tradição próprios.

### 9. (CESPE / STM / ANALISTA JUDICIÁRIO / 2018)

2            Informo, ainda, que a pauta e os documentos da reunião serão enviados oportunamente.

3            Por fim, solicito, encarecidamente, que seja feito contato com a equipe de apoio deste Ministério para confirmação de sua presença na reunião, por meio do endereço eletrônico [ministerio@mp.gov.br](mailto:ministerio@mp.gov.br).

Atenciosamente,



Considerando que o fragmento de texto apresentado integra parte de uma correspondência oficial, julgue o item a seguir.

*Os aspectos estruturais e o tema do texto indicam tratar-se de expediente que segue o padrão ofício, ao passo que o seu fechamento sugere tratar-se de documento destinado a autoridade de mesma hierarquia ou de hierarquia inferior à do remetente.*

#### 10. (CESPE / STM / ANALISTA JUDICIÁRIO / 2018)

Considerando que o fragmento de texto da questão anterior, julgue o item a seguir.

O pronome demonstrativo contido na contração deste refere-se ao órgão ao qual se destina o expediente em questão.

#### 11. (CESPE / PC-MA / ESCRIVÃO DE POLÍCIA / 2018)

Um servidor público, responsável pela requisição de materiais de consumo ao almoxarifado de seu órgão, recebeu a incumbência de enviar a este setor um documento oficial solicitando a reposição de materiais de escritório, tais como toner para impressora, papéis para impressão e envelopes para correspondência.

Nessa situação hipotética, relativamente ao tipo de correspondência oficial, para atender corretamente à incumbência, o servidor deverá redigir uma mensagem, tendo em vista a trivialidade da solicitação em questão.

#### 12. (CESPE / FUB / ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO / 2018)

Com base no Manual de Redação da Presidência da República (MRPR), julgue o item que se segue.

O MRPR estabelece o padrão oficial de linguagem, segundo o qual textos oficiais devem ser redigidos de maneira formal e impessoal.

#### 13. (CESPE / FUB / ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO / 2018)

Com base no Manual de Redação da Presidência da República (MRPR), julgue o item que se segue.

Emprega-se o fecho **Atenciosamente** em comunicações oficiais dirigidas a autoridades de mesma hierarquia do remetente ou de hierarquia inferior à deste.

#### 14. (CESPE / STM / CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR / 2018)

Em uma frase, pode-se dizer que redação oficial é a maneira pela qual o Poder Público redige atos normativos e comunicações.

*Manual de Redação da Presidência da República. 2ª ed. rev. e atual. Brasília, 2002, p.4.*

Considerando a definição apresentada, julgue o próximo item, relativo à redação oficial.

Em um documento a ser enviado pelo ministro presidente do Superior Tribunal Militar ao ministro presidente do Supremo Tribunal Federal, é adequado o emprego do pronome de tratamento Vossa Senhoria como vocativo, pois ambos (remetente e destinatário) ocupam cargos de mesmo nível hierárquico.

#### 15. (CESPE / STM / TÉCNICO JUDICIÁRIO / 2018)

Brasília, X de novembro de 20xx.

Assunto: **Convite para cerimônia de posse do presidente do Superior Tribunal Militar**

Senhor Juiz-Auditor titular da 12ª Circunscrição Judiciária Militar,



Convido-o para a cerimônia de posse do presidente do Superior Tribunal Militar, a realizar-se na sede do órgão, em Brasília, no dia 1º de março de 20xx.

Por favor, confirme sua presença até o dia 1º de fevereiro de 20xx.

Considerando o trecho de documento hipotético apresentado anteriormente, julgue o item a seguir.

Caso o documento hipotético em questão tenha sido enviado pela Assessoria de Cerimonial da Presidência do Superior Tribunal Militar, no documento de confirmação enviado à autoridade emissora, deverá ser empregado o pronome de tratamento **Vossa Senhoria**.

#### 16. (CESPE / STM / TÉCNICO JUDICIÁRIO / 2018)

Brasília, X de novembro de 20xx.

Assunto: **Convite para cerimônia de posse do presidente do Superior Tribunal Militar**

Senhor Juiz-Auditor titular da 12ª Circunscrição Judiciária Militar,

Convido-o para a cerimônia de posse do presidente do Superior Tribunal Militar, a realizar-se na sede do órgão, em Brasília, no dia 1º de março de 20xx.

Por favor, confirme sua presença até o dia 1º de fevereiro de 20xx.

Considerando o trecho de documento hipotético apresentado anteriormente, julgue o item a seguir.

Considerando-se o emprego dos pronomes de tratamento na referida correspondência oficial, estaria correta a substituição do trecho Convido-o por **Convido Vossa Excelência**.

#### 17. (CESPE / FUB / ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO / 2018)

A fim de atender aos requisitos de formalidade e impessoalidade, os verbos empregados nos textos de ofícios, cartas, circulares e memorandos devem estar sempre em terceira pessoa do singular.

#### 18. (CESPE / FUB / ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO / 2018)

Com base no Manual de Redação da Presidência da República (MRPR), julgue o item que se segue.

A redação oficial constitui atos normativos e comunicações do poder público necessariamente uniformes e destinados exclusivamente para órgão do serviço público.

#### 19. (CESPE / STM / ANALISTA JUDICIÁRIO / 2018)

Considerando que o fragmento de texto apresentado integra parte de uma correspondência oficial, julgue o item a seguir.

O emprego do advérbio encarecidamente é inadequado, visto que prejudica o caráter impessoal que deve ser adotado em textos oficiais.

#### 20. (CESPE / STM / TÉCNICO JUDICIÁRIO / 2018)

Brasília, X de novembro de 20xx.

Assunto: **Convite para cerimônia de posse do presidente do Superior Tribunal Militar**

Senhor Juiz-Auditor titular da 12ª Circunscrição Judiciária Militar,



Convido-o para a cerimônia de posse do presidente do Superior Tribunal Militar, a realizar-se na sede do órgão, em Brasília, no dia 1º de março de 20xx.

Por favor, confirme sua presença até o dia 1º de fevereiro de 20xx.

Considerando o trecho de documento hipotético apresentado anteriormente, julgue o item a seguir.

A linguagem empregada no texto é inadequada à correspondência oficial, por sua informalidade e simplicidade.

**21. (CESPE / STM / ANALISTA JUDICIÁRIO / 2018)**

*Em uma frase, pode-se dizer que redação oficial é a maneira pela qual o Poder Público redige atos normativos e comunicações.*

Manual de Redação da Presidência da República. 2ª ed. rev. e atual. Brasília, 2002, p.4.

Considerando a definição apresentada, julgue o próximo item, relativo à redação oficial.

Na redação de súmulas, dado seu caráter técnico, devem-se empregar, sempre que possível, jargões.

**22. (CESPE / PF / AGENTE / 2018)**

Considerando o fragmento de texto apresentado, julgue o seguinte item, de acordo com o disposto no Manual de Redação da Presidência da República (MRPR).

A concisão é uma qualidade da redação oficial que atende ao princípio da economia linguística, segundo o qual se deve reduzir ao mínimo de palavras possível o conteúdo a ser comunicado, evitando-se redundâncias ou trechos inúteis.

**23. (CESPE / PF / AGENTE / 2018)**

Considerando o fragmento de texto apresentado, julgue o seguinte item, de acordo com o disposto no Manual de Redação da Presidência da República (MRPR).

Embora estabeleça parâmetros para o uso da língua em redações oficiais, o MRPR rejeita a adoção de um padrão de escrita baseado em uma linguagem administrativa específica, alheia à evolução natural da língua.

**24. (CESPE / PF / AGENTE / 2018)**

Considerando o fragmento de texto apresentado, julgue o seguinte item, de acordo com o disposto no Manual de Redação da Presidência da República (MRPR).

A redação dos atos normativos deve permitir que cada cidadão, a partir de suas condições próprias de leitura, atribua ao texto legal sua própria interpretação.

**25. (CESPE / PF / PAPILOSCOPISTA / 2018)**

Com relação a comunicações oficiais, julgue o item a seguir, com base nos preceitos do Manual de Redação da Presidência da República.

Entre outros objetivos, os atos oficiais visam regular o funcionamento dos órgãos públicos, o que só será alcançado se, em sua elaboração, for empregada a linguagem adequada. O mesmo se dá com os expedientes oficiais, cuja principal finalidade é a de informar com clareza e objetividade.

**26. (CESPE / STJ / 2018)**



Superior Tribunal de Justiça

XXXX n.º 7789/GP

Brasília, 9 de setembro de 2017.

A Vossa Excelência o Senhor  
Desembargador AAAAA  
Presidente do  
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

Assunto: Encerramento de período de cessão de servidores

Excelentíssimo Presidente,

1. Em alusão à solicitação de prorrogação de cessão de servidores, cumpre-me informar a Vossa Excelência que o art. 18 da Resolução STJ/GP n.º 334, de maio de 2016, estabelece que as cessões desta Corte devem ater-se ao período de 90 dias.

2. Diante disso, indeferi a solicitação de prorrogação de prazo de cessão de Fulano e Beltrano, que devem, findo o período estipulado, retornar a suas atividades nesta Corte.

Respeitosamente,

\_\_\_\_\_  
Ministro BBBBB  
Presidente

Considerando que o texto apresentado constitua um expediente hipotético, julgue o item a seguir, acerca de aspectos da redação oficial.

De acordo com as recomendações pertinentes ao emprego de vocativos em correspondências oficiais, o vocativo Excelentíssimo Presidente está incorreto, razão por que deveria ser substituído por **Excelentíssimo Senhor Presidente**.

**27. (CESPE / STJ / 2018) Utilize o documento da questão anterior.**

Considerando que o texto apresentado constitua um expediente hipotético, julgue o item a seguir, acerca de aspectos da redação oficial.

O fecho empregado na comunicação em apreço está correto, uma vez que, no caso, os interlocutores são ocupantes de cargos de igual hierarquia.

**28. (CESPE / STJ / 2018) Utilize o documento da questão anterior.**

Considerando que o texto apresentado constitua um expediente hipotético, julgue o item a seguir, acerca de aspectos da redação oficial.

O uso da primeira pessoa no expediente hipotético apresentado não viola a recomendação de impessoalidade da linguagem em comunicações oficiais.

**29. (CESPE / STJ / 2018) Utilize o documento da questão anterior.**

Considerando que o texto apresentado constitua um expediente hipotético, julgue o item a seguir, acerca de aspectos da redação oficial.

O emprego de **Vossa Excelência** no campo de indicação do destinatário é considerado inadequado.

**30. (CESPE / STM / ANALISTA JUDICIÁRIO / 2018 - Adaptada)**

Com base no Manual de Redação da Presidência da República (MRPR), julgue o item que se segue.

O memorando destina-se à comunicação entre órgãos da administração pública.



**31. (CESPE / SEDF – 2017)** ...Assim, gostaríamos de convidar Sua Excelência para participar da referida cerimônia entregando as premiações aos escolhidos e também proferindo breve discurso de encerramento.

Considerando as características e padronização das correspondências oficiais constantes no Manual de Redação da Presidência da República (MRPR), julgue o item a seguir, pertinente ao documento oficial hipotético anteriormente apresentado (Questão 43).

O uso da primeira pessoa do plural no último parágrafo do documento em questão fere o princípio da impessoalidade, necessário nas comunicações oficiais.

**32. (CESPE / SEDF – 2017)**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Edifício Sede – 4.º Andar

– Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047

900 Telefone: 2022 8581 e Fax: 2022 8582

<http://www.mec.gov.br>

XXXXX n.º 3/2016/MEC

YYYYY

Aos Reitores dos Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Assunto: Orientações sobre o pagamento de bolsas aos servidores técnico-administrativos.

Referência: Processo n.º 64.

ZZZZZ,

Em atenção à consulta realizada por esta Secretaria à Consultoria Jurídica deste Ministério sobre a extensão da impossibilidade de pagamento direto de bolsas, pelos Institutos Federais, aos servidores técnico-administrativos em educação para ações de capacitação e qualificação, segue anexo o Parecer n.º 486/2015, de junho de 2015, para conhecimento e providências cabíveis.

Atenciosamente,

FULANA DE TAL

Coordenadora-Geral de Desenvolvimento de Pessoas da Rede Federal

Internet: <<http://sei.mec.gov.br>> (com adaptações)

Com referência ao documento anteriormente apresentado — XXXXX n.º 3/2016/MEC —, julgue o item subsequente com base no disposto no Manual de Redação da Presidência da República (MRPR).

Caso, em lugar de YYYYY, fossem inseridos o local e a data de emissão do documento, no formato Brasília, 22/2/2016, tal inserção atenderia ao disposto no MRPR.

**33. (CESPE / TCE-PA / 2016)**



XXX n.º 524/2016/MA

Brasília, 15 de março de 2016.

A Sua Excelência o Senhor Deputado  
[Nome]  
Câmara dos Deputados  
70.000-000 - Brasília - DF

Assunto: Reforma agrária

Senhor Deputado,

Em complemento aos documentos enviados ao seu gabinete na semana passada, informo-lhe que todas as medidas cabíveis foram tomadas. Vossa Senhoria poderá levar os projetos de lei para votação no Plenário da Câmara dos Deputados, de acordo com os prazos regimentais.

Atenciosamente,

XXXXXXX  
Senhor João da Silva  
Chefe do Departamento Fundiário do Ministério da Agricultura

A respeito da correspondência oficial hipotética apresentada, julgue o item a seguir com base no que dispõe o Manual de Redação da Presidência da República (MRPR).

O vocativo foi inadequadamente empregado no texto, devendo ser substituído por Excelentíssimo Senhor.

**34. (CESPE / TCE-PA / 2016) Utilize o texto da questão anterior.**

A respeito da correspondência oficial hipotética apresentada, julgue o item a seguir com base no que dispõe o Manual de Redação da Presidência da República (MRPR).

Para garantir a adequação do documento às normas constantes no MRPR quanto ao uso de pronomes de tratamento, o termo Vossa Senhoria, empregado no corpo do texto, tem de ser substituído por **Vossa Excelência**.

**35. (CESPE / TCE-PA / 2016)**

Com base no disposto no MRPR, julgue o item a seguir, que versa sobre correspondências oficiais.

A redação de documentos oficiais visa à comunicação entre órgãos da administração pública; por essa razão, nesse tipo de documento, deve-se primar pela impessoalidade e pela uniformidade, entre outros aspectos.

**36. (CESPE / TCE-PA / 2016)**

Com base no disposto no MRPR, julgue o item a seguir, que versa sobre correspondências oficiais.

De acordo com MRPR, o órgão emissor do documento oficial deve adotar o padrão estrutural mais adequado em suas comunicações, conforme suas especificidades.

**37. (CESPE / TCE-PA / 2016)** Com base no disposto no MRPR, julgue o item a seguir, que versa sobre correspondências oficiais.

O MRPR adota o memorando como padrão para a redação dos documentos oficiais.

**38. (CESPE / TCE-PA / 2016)**



Mem. 123/2016-DCF

Em 22 de março de 2016.

Ao Sr. Diretor de Infraestrutura

Assunto: instalação de pontos de rede

1 Solicito a Vossa Senhoria verificar a viabilidade de instalar quatro pontos de rede na sala desta Diretoria.

2 A instalação desses pontos é necessária para dar prosseguimento às atividades desenvolvidas neste setor.

3 Certo de contar com as providências e com a atenção especial de Vossa Senhoria, antecipo meus agradecimentos e renovo protesto de elevada consideração.

Atenciosamente,

[nome do signatário]

[cargo do signatário]

Tendo como referência o documento hipotético apresentado, julgue o próximo item com base no disposto no Manual de Redação da Presidência da República (MRPR).

Para garantir a adequação da linguagem no que se refere a aspectos como a impessoalidade, devem-se evitar as expressões utilizadas no terceiro parágrafo do texto.

**39. (CESPE / TCE-PA / 2016)** Tendo como referência o documento hipotético apresentado na questão anterior, julgue o próximo item com base no disposto no Manual de Redação da Presidência da República (MRPR).

Conclui-se, devido ao emprego de Atenciosamente, que o destinatário do documento ocupa cargo hierarquicamente superior ao do signatário.

**40. (CESPE / TCE-PA / 2016)**

Tendo como referência o documento hipotético apresentado na questão 53, julgue o próximo item com base no disposto no Manual de Redação da Presidência da República (MRPR).

Para garantir a adequação do documento ao que dispõe o MRPR, deveria ser suprimida a numeração dos parágrafos do texto.

**41. (CESPE / TCE-PA / 2016)**

Acerca dos aspectos da redação oficial definidos no MRPR, julgue o item a seguir.

O tratamento impessoal nas comunicações oficiais decorre, principalmente, do fato de o comunicador ser o serviço público.

**42. (CESPE / TCE-PA / 2016)**

Acerca dos aspectos da redação oficial definidos no MRPR, julgue o item a seguir.

Na redação de documentos oficiais, deve-se empregar uma linguagem que se aproxime da língua falada, visando-se ao máximo a clareza do texto e a compreensão da comunicação pelos cidadãos.



## GABARITO

1.	INCORRETA
2.	CORRETA
3.	INCORRETA
4.	CORRETA
5.	CORRETA
6.	CORRETA
7.	INCORRETA
8.	CORRETA
9.	CORRETA
10.	INCORRETA
11.	INCORRETA
12.	INCORRETA
13.	CORRETA
14.	INCORRETA

15.	CORRETA
16.	CORRETA
17.	INCORRETA
18.	INCORRETA
19.	CORRETA
20.	INCORRETA
21.	INCORRETA
22.	CORRETA
23.	CORRETA
24.	INCORRETA
25.	CORRETA
26.	INCORRETA
27.	INCORRETA
28.	CORRETA

29.	CORRETA
30.	INCORRETA
31.	INCORRETA
32.	INCORRETA
33.	INCORRETA
34.	CORRETA
35.	CORRETA
36.	INCORRETA
37.	INCORRETA
38.	CORRETA
39.	INCORRETA
40.	INCORRETA
41.	CORRETA
42.	INCORRETA



# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



**1** Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



**2** Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



**3** Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



**4** Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



**5** Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



**6** Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



**7** Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



**8** O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.